

DOSSIÊS DE TOMBAMENTO – AV. BRASIL Nº 749

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 01.127795.01.26.

REVISÃO, COMPLEMENTAÇÃO E VERSÃO FINAL DO
DOSSIÊ - EQUIPE TÉCNICA DPCA:
LETÍCIA DIAS SCHIRM / HISTORIADORA
CAMILA CICCARONE TANGERINO / ARQUITETA E URBANISTA

PESQUISA E ELABORAÇÃO DA FICHA DE ANÁLISE DO BEM CULTURAL:
TEMPORIS CONSULTORIA LTDA

CONSELHO DELIBERATIVO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DO MUNICÍPIO
DIRETORIA DE PATRIMÔNIO CULTURAL E ARQUIVO PÚBLICO
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA
MAIO DE 2023

Sumário

1 – Considerações Iniciais	3
2 - Política de Patrimônio Cultural	4
3 - Histórico do Município de Belo Horizonte	9
3 - 1 - Nos Tempos do Arraial	9
3 - 2 - A luta pela mudança da Capital	10
3 - 3 - A Construção da Cidade	11
4- Ocupação, Evolução Urbana e Cultural de Belo Horizonte	21
4 - 1 - Os Primeiros anos	21
4 - 2 - As Primeiras Três Décadas da vida na Cidade	22
4- 3 - Os anos 1940 e 1950: surgimento de uma metrópole moderna.....	24
4 - 4 - Anos 1960 e 1970: o progresso avança pela cidade	26
4 - 5 - Dos anos 1980 aos dias atuais	28
5 - Caracterização do Conjunto Urbano Avenidas Carandaí, Alfredo Balena e Adjacências	30
6 – Ficha de análise do bem cultural situado na Av. Brasil, nº 749	33
7– Justificativa para o Tombamento	34
8 - Referências Bibliográficas.....	37

1 – CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O Conjunto Urbano Avenidas Carandaí – Alfredo Balena e Adjacências foi protegido pelo CDPCM-BH em 1994. Em 2001, a delimitação do conjunto e suas diretrizes de proteção passaram por uma revisão, o que culminou na Deliberação nº 006/2001 publicada no DOM em 04 de dezembro de 2001.

O presente dossiê se trata de complementação e revisão do estudo inicial elaborado pela Temporis Consultoria Ltda, produto listado como uma das entregas a serem feitas no âmbito do processo licitatório Processo nº 01.034.900/21-58.

O móvel situado à Av. Brasil nº 749 (lote 006Y, quarteirão 040, VI Seção Urbana) foi incluído como um dos bens de interesse cultural do Conjunto, encontrando-se sob tombamento provisório, com processo de tombamento individual aberto de nº 01.127795.01.26.

Diante do exposto e no intuito de explicitar o valor cultural e urbanístico específico do imóvel, esta DPCA submete o presente dossiê de tombamento, subsidiando a definição do seu grau de proteção e estabelecendo suas diretrizes fundamentais de proteção, conforme estabelecido pela Lei 3.802/84 de 06 de julho de 1984, que organiza a Proteção do Patrimônio Cultural do Município de Belo Horizonte.

2 - POLÍTICA DE PATRIMÔNIO CULTURAL

A visão da preservação abrangendo conjuntos e centros urbanos e não apenas o objeto arquitetônico isolado começou a ser considerada em todo o mundo a partir das grandes reformas urbanas no século XIX. A origem dos conceitos atuais de "patrimônio urbano" liga-se ao arquiteto e urbanista italiano Gustavo Giovannoni, que em 1931, na obra *Vecchie Città ed Edilizia Nuova*¹, reconhece o valor estético e histórico das partes antigas das cidades e a relação de complementaridade que têm com as partes novas.

As recomendações contidas na “Carta de Atenas” de 1931 sobre a proteção de monumentos e sítios urbanos, baseadas nos conceitos de Giovannoni, serviram, dos anos 1930 até os anos 1970, como suporte para as ações de proteção. No Brasil, em 1937, o Decreto-lei nº 25 organiza a proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Na época, prevaleciam as ações de preservação de áreas urbanas bastante homogêneas, de estilo colonial, sendo frequentes, inclusive, os “retoques” para a eliminação de detalhes arquitetônicos pertencentes a tendências estilísticas ecléticas, estranhas ao padrão colonial.² A valorização das raízes nacionais e as consequentes ações de proteção do patrimônio cultural harmonizavam-se com os interesses do poder político central, representado inicialmente pelo Estado Novo e depois, nos anos 1970, pelos governos militares, os quais usaram a ideia de preservação para a promoção da integração nacional e do turismo regional.

Nos anos 1970 promove-se uma nova e abrangente visão de patrimônio, reconhecendo-se o valor dos bens intangíveis. Recuperava-se, portanto, a ideia original de Mário de Andrade que, mesmo antes do Decreto-lei nº 25, considerava como bens a serem preservados as chamadas manifestações intangíveis, como a maneira de preparar uma comida, costumes, manifestações folclóricas, etc.

A consolidação dos conceitos ligados à memória e ao patrimônio é resultado da formulação de ideias e apresentação das experiências dos países participantes dos vários encontros internacionais sobre a proteção ao Patrimônio Mundial, promovidos pela UNESCO. Em tais encontros produziram-se documentos referenciais, entre os quais cita-se

¹ GIOVANNONI, Gustavo. *L'urbanisme face aux villes anciennes*. Paris: Éditions du Seuil, 1998, com introdução de Françoise Choay.

² Ressalte-se que no Brasil houve uma forte vinculação entre as ideias de preservação e o movimento moderno brasileiro e, assim como em outros países da América Latina, a arquitetura moderna é influenciada pelos códigos formais oriundos da arquitetura colonial. Os modernistas, também pioneiros das ideias de preservação no Brasil e que condenavam a presença de elementos ecléticos no tecido colonial, admitiam, no entanto, a inserção de obras modernas neste mesmo tecido, como é o caso do Grande Hotel de Ouro Preto e de Diamantina, de Oscar Niemeyer, demonstrando o grau de flexibilidade com que no Brasil se entendeu a ideia de homogeneidade estilística dos conjuntos urbanos, preconizada Giovannoni.

a Carta de Veneza, de 1964; a Declaração de Amsterdã, de 1975; a Recomendação de Nairobi, de 1976; a Declaração do Conselho da Europa, de 1978; a Carta de Toledo, de 1987 e a Conferência de Helsinki, em 1996.

A partir dos anos 1980, baseando-se nos conceitos da Carta de Amsterdã de 1975, há uma revisão conceitual propondo-se uma leitura acurada da diversidade arquitetônica existente nos lugares e das marcas que os processos históricos deixam no espaço, questionando-se a ideia vigente da valorização prioritária da homogeneidade estilística e o antagonismo entre “velho” e “antigo”. Assim, o espaço urbano é considerado como referencial simbólico e, em termos arquitetônicos, considera-se que não somente o patrimônio colonial, mas todas as intervenções estilísticas e períodos históricos têm interesse para a preservação, sempre que reforcem uma ambiência e contribuam para a coesão e manutenção dos valores identificados em um conjunto urbano. Neste sentido, considera-se que o que deve ser lembrado ou esquecido, preservado ou desaparecido não se liga necessariamente a acontecimentos e pessoas consideradas notáveis, mas a todas as manifestações sociais. Segundo Maria Beatriz Silva:

... tanto o exercício da memória, quanto a formação da identidade são, a nível individual, capacidades humanas, como andar, comer, dormir; porém, quando tomadas coletivamente, passam à categoria de direitos a conquistar, aos quais o maior obstáculo parece ser o interesse individual ou corporativo..³

De fato, afirma Márcia Santianna:

Esse novo conceito de cidade-documento justificou, assim, ao longo de toda a década de 80, a proteção de áreas urbanas sem grande interesse artístico ou estético, portadoras de conjuntos arquitetônicos heterogêneos e já bastante fracionados, mas que tinham muito a dizer sobre a história urbana do país. Os critérios de intervenção praticados anteriormente sofrem duras críticas nesse período, em favor de uma abordagem mais histórica e menos estética do patrimônio urbano.⁴

Em Belo Horizonte, desde 1994, a concepção de bem cultural da Carta de Amsterdã vem fundamentando as políticas de proteção do patrimônio, que se baseiam em conceitos de conjunto urbano e ambiência. Os **conjuntos urbanos** são agrupamentos de construções e espaços dentro da cidade onde se reconhece um grau expressivo de coesão e valores estéticos, arquitetônicos, socioculturais e históricos.⁵ Os conjuntos urbanos, como manchas,

³ SILVA, Maria Beatriz Setubal de Rezende. Preservação na Gestão das Cidades. In: Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional N - Cidadania. Rio de Janeiro: IPHAN, 1996. N.º 24.

⁴ SANTIANNA, Márcia, Critérios de intervenção em sítios urbanos históricos: uma análise crítica - em <http://www.archi.fr/SIRCHAL/> em 27 de março de 2004.

⁵ A Recomendação relativa à salvaguarda dos conjuntos históricos e sua função na vida contemporânea, 19ª Sessão UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, realizada em Nairobi em 26 de novembro de 1976, considera: “conjunto histórico ou tradicional todo agrupamento de

têm sua abrangência espacial definida por estabelecimentos, edificações referenciais, espaços polarizadores ou ambiências características, entendendo-se por **ambiência** o quadro natural ou construído que influi na percepção estática ou dinâmica desses conjuntos, ou a eles vincula-se de maneira imediata no espaço, ou por laços sociais, econômicos ou culturais⁶. De fato:

(...) É importante ressaltar que essa ambiência pode incluir bens culturais dos mais variados usos, como residências, casas comerciais, instituições públicas, áreas verdes e de lazer. Essa pluralidade também se expressa nas opções construtivas que podem abranger desde ricos projetos arquitetônicos, como também edificações mais modestas, erigidas a partir do desejo de seus respectivos proprietários. Considera-se que em ambos os casos estão expressas visões de mundo, experiências de vida, enfim, história rica em informações culturais que criam laços de pertinência e identidade do homem e sua cidade.⁷

Na definição da proteção dos conjuntos urbanos a perspectiva de múltiplos olhares sobre a cidade ultrapassa o levantamento casa por casa, lote por lote, e registra o conjunto de seu cenário urbano, que se configura por suas especificidades internas e ao mesmo tempo como referência externa, quando alguém atravessa uma determinada parte da cidade. Os usos e apropriações do espaço são estudados segundo os conceitos de *mancha urbana*, *pedaço*, *trajeto*, *pórtico* e *circuito*, desenvolvidos pelo Núcleo de Antropologia Urbana NAU/USP, coordenado pelo professor doutor José Guilherme Cantor Magnani, assim definidos:

A categoria **pedaço** é formada por dois elementos básicos: um de ordem espacial, físico que configura um território claramente demarcado. (...) O segundo elemento - a rede de relações - instaura um código capaz de separar, ordenar, classificar. É no horizonte da vida do dia-a-dia que o pedaço se inscreve, possibilitando o ingresso e participação naquelas práticas de forma coletiva e ritualizada.⁸

(...) O termo na realidade designa aquele espaço intermediário entre o privado (a casa) e o público, onde se desenvolve uma sociabilidade básica, mais ampla que a fundada nos laços familiares, porém mais densa, significativa e estável que as relações formais e individualizadas impostas pela sociedade.⁹

(...) A mancha, ao contrário - sempre aglutinada em torno de um ou mais estabelecimentos, apresenta uma implantação mais estável, tanto na paisagem como no imaginário. (...) Uma área contígua do espaço urbano

construções e de espaços, inclusive os sítios arqueológicos e paleontológicos, que constituam um assentamento humano, tanto no meio urbano quanto no rural e cuja coesão e valor são reconhecidos do ponto-de-vista arqueológico, arquitetônico, pré-histórico, histórico, estético ou sócio-cultural”.

⁶ Definição contida na Recomendação de Nairobi op.cit.

⁷ Cartilha elaborada pela Gerência de Patrimônio Histórico Urbano da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, 2002.

⁸ MAGNANI, José Guilherme Cantor. Da periferia ao centro: pedaços & trajetos. In: Revista de Antropologia. São Paulo: USP, 1992.

⁹ MAGNANI, José Guilherme Cantor in: Festa no Pedaço: Cultura Popular e Lazer na Cidade. São Paulo, Hucietec, 1998.

dotada de equipamentos que marcam seus limites e viabilizam - cada qual com sua especificidade, competindo ou complementando - uma atividade ou prática predominante.¹⁰

(...) uma mancha é recortada por trajetos e pode também abrigar vários pedaços. (...) as marcas dessas duas formas de apropriação e uso do espaço - pedaço e mancha - na paisagem mais ampla da cidade, são diferentes. No primeiro caso, onde o determinante é o componente simbólico, o espaço enquanto ponto de referência é restrito, interessando mais a seus habitues. Com facilidade muda-se de ponto, quando então leva-se junto o pedaço. (...) A mancha, ao contrário, sempre aglutinada em torno de um ou mais estabelecimentos, apresenta uma implantação mais estável, tanto na paisagem como no imaginário. As atividades que oferece e as práticas que propicia são o resultado de uma multiplicidade de relações entre seus equipamentos, edificações e vias de acesso, o que garante uma maior continuidade, transformando-a, assim, em ponto de referência físico, visível e público para um número mais amplo de usuários.¹¹

(...) O trajeto aplica-se a fluxos no espaço mais abrangente da cidade e no interior das manchas urbanas. Na paisagem mais ampla e diversificada da cidade, trajetos ligam pontos e manchas, complementares ou alternativos. (...) No interior das manchas os trajetos são de curta extensão, na escala do andar.¹²

(...) O termo trajeto surgiu da necessidade de categorizar uma forma de uso do espaço que se diferencia, em primeiro lugar, daquele descrito pela categoria pedaço. Enquanto esta última, como foi visto, remete a um território que funciona como ponto de referência - e, no caso da vida no bairro, evoca a permanência de laços de família, de vizinhança, origem e outros - trajeto aplica-se a fluxos no espaço mais abrangente da cidade e no interior das manchas urbanas. Não que não se possa reconhecer sua ocorrência no bairro, mas é justamente para pensar a abertura do particularismo do pedaço que essa categoria foi elaborada. É a extensão e principalmente a diversidade do espaço urbano para além do bairro que colocam a necessidade de deslocamentos por regiões distantes e não contíguas: esta é uma primeira aplicação da categoria. Na paisagem mais ampla e diversificada da cidade, trajetos ligam pontos e manchas, complementares ou alternativos: casa /trabalho /casa; casa /cinema /restaurante /bar; casa /posto de saúde /hospital /curandeiro - eis alguns exemplos, dos mais corriqueiros, de trajetos possíveis.

(...) os trajetos levam de um ponto a outro através dos pátios. Trata-se de espaços, marcos e vazios na paisagem urbana que configuram passagens. Lugares que já não pertencem ao pedaço ou mancha de lá, mas ainda não se situam nos de cá; escapam aos sistemas de classificação de um e outra e como tal apresentam a "maldição dos vazios fronteiros". Terra de ninguém, lugar do perigo, preferido por figuras liminares e para a realização de rituais mágicos, muitas vezes lugares sombrios que é preciso cruzar rapidamente, sem olhar para os lados.¹³

Há, por fim, a noção de **circuito**. Trata-se de uma categoria que descreve o exercício de uma prática ou a oferta de determinado serviço

¹⁰ MAGNANI, José Guilherme Cantor. Revista de Antropologia. 1992. Op cit.

¹¹ <http://www.aguaforte.com/antropologia/Rua1.html> - 2003.

¹² MAGNANI, José Guilherme Cantor. Revista de Antropologia. 1992. Op cit.

¹³ <http://www.aguaforte.com/antropologia/Rua1.html> - 2003.

por meio de estabelecimentos, equipamentos e espaços que não mantêm entre si uma relação de contigüidade espacial, sendo reconhecido em seu conjunto pelos usuários habituais: por exemplo, o circuito gay, o circuito dos cinemas de arte, o circuito neo-esotérico, dos salões de dança e shows black, do povo-de-santo, dos antiquários, dos clubbers e tantos outros.

A noção de circuito também designa um uso do espaço e de equipamentos urbanos – possibilitando, por conseguinte, o exercício da sociabilidade por meio de encontros, comunicação, manejo de códigos –, porém de forma mais independente com relação ao espaço, sem se ater à contigüidade, como ocorre na mancha ou no pedaço. Mas tem, igualmente, existência objetiva e observável: pode ser levantado, descrito e localizado.

Em princípio, faz parte do circuito a totalidade dos equipamentos que concorrem para a oferta de tal ou qual bem ou serviço, ou para o exercício de determinada prática, mas alguns deles acabam sendo reconhecidos como ponto de referência e de sustentação à atividade. Mais do que um conjunto fechado, o circuito pode ser considerado um princípio de classificação. Nesse sentido, é possível distinguir um circuito principal que engloba outros, mais específicos: o circuito dos acupunturistas ou o dos astrólogos, por exemplo, fazem parte do circuito principal neo-esotérico e com ele mantém contatos, vínculos e troca.¹⁴

¹⁴ MAGNANI, José Guilherme Cantor, DE PERTO E DE DENTRO: notas para uma etnografia urbana, Revista Brasileira de Ciências Sociais, Vol. 17, nº 49 p. 24, São Paulo, junho de 2002.

3 - HISTÓRICO DO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE

3.1 - NOS TEMPOS DO ARRAIAL

Foi à procura de ouro que no distante 1701, o bandeirante João Leite da Silva Ortiz chegou à serra de Congonhas. Em lugar do metal, encontrou uma bela paisagem, de clima ameno e próprio para a agricultura. Resolveu ficar: construiu a Fazenda do Cercado, onde desenvolveu uma pequena plantação e criou gado. O progresso da fazenda logo atraiu outros moradores e um arraial começou a se formar em seu redor. Viajantes que por ali passavam, conduzindo o gado da Bahia em direção às minas, fizeram da região um ponto de parada.

O povoado foi batizado de Curral Del Rei. Da serra de Congonhas mudou-se o antigo nome: é hoje a nossa Serra do Curral. Nossa Senhora da Boa Viagem, a quem os forasteiros pediam proteção, tornou-se padroeira do local. Aos poucos, o Curral Del Rei foi crescendo, apoiado na pequena lavoura, na criação e comercialização de gado e na fabricação de farinha. Algumas poucas fábricas, ainda primitivas, instalaram-se pela região: produzia-se algodão, fundia-se ferro e bronze. Das pedreiras, extraía-se granito e calcário. Frutas e madeiras eram vendidas para outros locais.

Com a decadência da mineração, o arraial se expandiu. Das 30 ou 40 famílias existentes no início, saltou para a marca de 18 mil habitantes. Elevado à condição de Freguesia, mas ainda subordinado a Sabará, o Curral Del Rei englobava as regiões de Sete Lagoas, Contagem, Santa Quitéria (Esmeraldas), Buritis, Capela Nova do Betim, Piedade do Paraopeba, Brumado Itatiaiuçu, Morro de Mateus Leme, Neves, Aranha e Rio Manso. Vieram as primeiras escolas, o comércio se desenvolveu. No centro do arraial, os devotos ergueram a Matriz de Nossa Senhora da Boa Viagem.

Esse ciclo de prosperidade, contudo, durou pouco. As diversas regiões que constituíram o arraial foram se tornando autônomas, separando-se dele. A população rapidamente diminuiu e a economia local entrou em decadência. Já no final do século passado, restavam mais de 4 mil habitantes. Sua rotina era simples e monótona. Começava cedo, no trabalho de casa ou na lavoura, e terminava às dezenove horas, quando muitos já começavam a se recolher. Durante o dia, a Farmácia Abreu era o ponto de encontro preferido para o bate-papo. À noite, as mulheres faziam novenas, enquanto os homens improvisavam um botequim no Armazém Esperança. De vez em quando, uma serenata fazia as janelas se abrirem. Apenas nos fins-de-semana o arraial ganhava vida, quando os moradores das

redondezas vinham ouvir a missa ou visitar parentes e fazer compras. Em datas especiais, o arraial tornava-se mais alegre: nas Festas Juninas, no Natal ou no Dia da Padroeira os festejos eram certos.

A Proclamação da República, em 1889, vem trazer aos curralenses a esperança de transformações. Para entrar na era que então se anunciava, deixando para trás o passado monárquico, aos sócios do Clube Republicano do arraial propuseram a mudança de seu nome para Belo Horizonte. Foi nesse clima de euforia que os mineiros receberam a notícia da nova construção da nova capital. Durante três dias o arraial se pôs em festa, com missa solene, discursos, bandas de música e bailes. Seus habitantes já sonhavam com modernização e o progresso que a capital traria para a região. Nem imaginavam que, nos planos dos construtores, não havia espaço reservado para eles.



Vistas do Curral Del Rey em 1896. Fonte: APCBH.

3.2 - A LUTA PELA MUDANÇA DA CAPITAL

A discussão sobre a mudança da capital mineira não surgiu no século passado; era, ao contrário, uma ideia muito antiga. A primeira tentativa de transferir a sede do Governo para uma cidade diferente de Ouro Preto data de 1789, quando os inconfindentes planejaram instalar a capital de sua república em São João Del Rei. Depois disso, mais quatro tentativas foram feitas, todas fracassadas. A questão só veio a ser considerada após a Proclamação da República. Só que dessa vez, não se trava de uma simples transferência, mas a construção de uma nova cidade.

Uma série de fatores favorecia a ideia de mudança. Em primeiro lugar, para se destacar o novo cenário republicano, Minas Gerais precisava mostrar-se politicamente unida e forte. A construção de uma nova capital, localizada no centro geográfico do Estado, poderia facilitar o equilíbrio das diversas facções políticas que então disputavam o poder. Os republicanos também desejavam promover o progresso de Minas Gerias, tornando-o um Estado

industrializado e moderno. A cidade de Ouro Preto não oferecia condições adequadas para o crescimento econômico esperado. Os transportes e as comunicações eram dificultados pelo relevo acidentado da cidade e as estruturas de saneamento e higiene não comportavam mais um aumento da população. A construção de uma nova capital, planejada de acordo com essas exigências era a solução para o problema do crescimento.

Um outro fator contribuiu para fortalecer a ideia de mudança. Ouro Preto, cidade histórica, guardava em sua arquitetura uma série de símbolos e marcas do passado colonial que os republicanos queriam enterrar. Com suas ruelas e becos, suas igrejas barrocas e suas casas, porões e senzalas, a velha capital lembrava os anos da dominação portuguesa, das conspirações e da escravidão. Uma nova cidade, planejada segundo os valores modernos, seria o símbolo de uma nova era.

Em 1891, o presidente do Estado, Augusto de Lima, formulou um decreto determinando a transferência da capital para um lugar que oferecesse condições precisas de higiene. Adicionada à Constituição Estadual, a lei provocou muitos protestos da população ouropretana. Os mineiros dividiram-se entre os "mudancistas", favoráveis à nova capital, e os "não-mudancistas". Cada um desses grupos fundou seu jornal, promovendo reuniões e debate. O Governo Estadual, enfrentando essas disputas, criou uma Comissão de Estudos para indicar, dentre cinco localidades, a mais adequada para a construção da nova cidade. O Congresso mineiro, a quem cabia a decisão final, votou a favor de Belo Horizonte. Assim, a 17 de dezembro de 1893, a lei n.º 3 foi adicionada à Constituição Estadual, determinando que a nova sede do Governo fosse erguida em Belo Horizonte, chamando-se Cidade de Minas.

No prazo máximo de quatro anos, a capital deveria ser inaugurada. A lei criava ainda a Comissão Construtora, composta de técnicos responsáveis pelo planejamento e execução das obras. Em sua formação, estavam alguns dos melhores engenheiros e arquitetos do país, chefiados por Aarão Reis.

3.3 - A CONSTRUÇÃO DA CIDADE

Em fins do século XIX, a decisão de se transferir a Capital mineira de Ouro Preto para a antiga região do Arraial do Curral Del Rei, ensejou o início de uma iniciativa inédita no País: a construção de uma cidade planejada. Em 17 de dezembro de 1893, foi promulgada pelo Governo do Estado a Lei nº III que aprovou o plano de Belo Horizonte e mudou o nome da capital, de Belo Horizonte para Cidade de Minas, que vigorou até 1901, quando retornou a

denominação anterior.

Através do Decreto n.º 680, de 14 de fevereiro de 1894, foi criada a Comissão Construtora da Nova Capital – CCNC. Este decreto também definia que a Comissão Construtora teria um prazo de quatro anos para conclusão das obras. Aarão Reis, foi o engenheiro escolhido para chefiar a CCNC. No dia primeiro de março de 1894, foi instalada definitivamente a CCNC e já no dia cinco do corrente mês, fixada a primeira estaca. Estava definitivamente iniciadas os trabalhos da construção.

Aarão Reis, durante o período de sua administração, montou sua equipe e apresentou instruções minimamente detalhadas para execução das obras a serem iniciadas imediatamente, governando com austeridade o canteiro de obras em que se transformou o antigo Arraial. Foram iniciados os trabalhos de construção, com um grupo de 194 técnicos e funcionários. O trabalho foi dividido em seis seções de serviço da seguinte forma: Administração Central, Contabilidade, Escritório Técnico - responsável pela área de arquitetura, Estudo e Preparo do Solo e Subsolo, Viação, Edificação e Eletricidade.

A chegada da Comissão Construtora da Nova Capital ao Arraial do Curral Del Rei e o início das obras transformaram irreversivelmente a paisagem deste último. Demolição de antigas casas, derrubada de matas, terraplanagem, abertura de ruas e o surgimento de novas edificações foram progressivamente definindo os novos contornos e feições da cidade que nascia.

O engenheiro, Aarão Reis, não chegou a concluir os trabalhos de construção da sonhada Capital. Logo após a posse do novo Governo, o Engenheiro Chefe se demitiu, assumindo os trabalhos, Francisco de Paula Bicalho.

Os trabalhos realizados por Aarão Reis como Chefe da CCNC foram indispensáveis, como projetos de todos os edifícios públicos; do parque central da cidade; da locação de todas as avenidas, principais ruas e praças; a terraplanagem da Avenida Afonso Pena e de outras; do início da execução de obras de abastecimento de água; a montagem de um posto de meteorologia; a desapropriação de todas as casas e terrenos do arraial e imediações, os projetos e orçamentos de pontes; dos palácios presidencial, do congresso, da justiça, e das secretarias de Estado; desenhos da rede de triangulação geodésica e topográfica; a planta geodésica e cadastral do arraial e arredores; 370 plantas de casas e terrenos; 3 perfis-tipos das avenidas e ruas; plantas e perfis dos terrenos explorados para a captação e canalização das águas dos córregos Cercadinho, Acaba-Mundo e Serra; projetos dos reservatórios; do túnel; das calhas; das represas; das caixas de areia e detalhes; projeto das

dependências do parque; mediação da base geodésica; determinação das altitudes de todos os tempos da cidade; preparo de viveiros para floricultura e arborização; assinatura de 101 contratos diversos; preparo da planta geral da Cidade.

Aarão Reis na sua saída apresentou a planta geral da cidade, que havia sido concluída em 23 de março de 1895, ao chefe do Estado,

É com a maior satisfação que submeto, hoje, à aprovação de V. Exc. A planta geral da futura 'Minas', destinada a ser a Capital do Estado. (...) Foi organizada a planta geral da futura cidade dispondo-se na parte central, no local do actual arraial, a área urbana de 8.815.382m, dividida em quarteirões de 120 m X 120 m pelas ruas, largas e bem orientadas, que se cruzam em ângulos retos, e por algumas avenidas que cortam em ângulos de 45°. Às ruas fiz dar a largura de 20 metros, necessária para a conveniente arborização, a livre circulação dos veículos, o tráfego dos carros e os trabalhos da colocação e reparos das canalizações subterrâneas. Às avenidas fixei largura de 35 m, suficiente para dar-lhes a beleza e o conforto que deverão, de futuro proporcionar à população. Apenas a uma das avenidas - que corta a zona urbana de norte a sul, e é destinada à ligação dos bairros opostos - dei a largura de 50 m, para constituí-la em centro obrigado da cidade e, assim, forçar a população, quando possível, a ir-se desenvolvendo do centro para a periferia, como convém à economia municipal, à manutenção da higiene sanitária, e ao prosseguimento regular dos trabalhos técnicos.

Essa zona urbana é delimitada e separada da suburbana por uma avenida de contorno, que facilitará a conveniente distribuição dos impostos locais, e que, de futuro, será uma das mais apreciadas belezas da cidade.¹⁵

Assim, foi apresentada a cidade criada sobre as pranchetas dos maiores e melhores técnicos de que o país dispunha, naquela época. Era um planejamento fortemente influenciado pelos ideais positivistas, dentro do modelo de modernidade da época. Um planejamento que controlava, através do conceito urbanístico, as instâncias pública e privada da população.

¹⁵ Revista geral dos trabalhos da Comissão Construtora da Nova Capital. Rio de Janeiro, H. Lombaerts, Abril/1895.



Planta de Washington



Planta de la Plata



Planta de Aarão Reis para Belo Horizonte

Horizonte, a capital, criada nas pranchetas de Aarão Reis, foi pensada sob a ótica do positivismo, perspectiva científica que foi compartilhada por toda a sua equipe. O positivismo, se coloca como uma corrente convicta da inevitabilidade de um progresso evolutivo, e que, portanto, deveria ser guiado considerando-se a capacidade de alcance das previsões seguindo meios exclusivamente científicos e as condições corretas.

A planta de Belo Horizonte apresenta grande semelhança com as plantas de Washington e La Plata, com a diferença “de que essas cidades têm um traçado em xadrez com as avenidas e ruas cruzando-se em linha reta. Aarão Reis optou por traçado em diagonal, dando a característica ímpar à nova capital de Minas”¹⁶. A planta da capital atenderia às necessidades de 30.000 habitantes e uma previsão que esta chegaria a ter um máximo de 200.000 no século XXI, numa visão bastante exagerada. Mesmo assim,

¹⁶ SILVA, Luiz Roberto da. Doce dossiê de BH. Belo Horizonte, Gráfica Editora Cedáblio Ltda.

não deixa de ter uma orientação modernizante e ampla para a época, pois contava com uma superfície superior a 1900 hectares, com 100 metros por habitante. (...) O traçado xadrez vem da tradição americana e as perspectivas das vias de circulação e monumentalidade dos espaços provêm da tradição neoclássica e sobre tudo do modelo haussmaniano. Ao traçado geométrico das ruas em 90° sobrepõe-se em sistema de avenidas espaçadas que as cortam em ângulos de 45° - dispostas de modo a permitir o aproveitamento de 'perspectivas e visões panorâmicas dos horizontes', conforme 'os aspectos luminosos das alvoradas e dos poentes'. Nos cruzamentos situam-se praças de dimensões e formas diferentes, 'dando larguesa para o efeito arquitetônico dos edifícios públicos, verdadeiros palácios esplendidamente situados'.¹⁷

O projeto original da cidade dividia uma área de 51.220.804 m² em 27 triângulos que passaram a ser designados secções. Com base nesse mapa, foram demarcadas as zonas urbanas, suburbana e rural, cada qual destinada a desempenhar um papel específico na dinâmica orgânica de Belo Horizonte. O zoneamento funcionava como instrumento fundamental para o controle da cidade. Fixava, previamente, os seus limites; classificava e hierarquizava seus territórios, que deixavam de ser uma dimensão fluida e indefinida para se transformar em áreas delimitadas e imediatamente identificáveis.

Foi na zona urbana que o planejamento mais se destacou porque nela pode ser observada a simetria do traçado, ou seja,

(...) dupla malha ortogonal diagonalmente ajustada, com ruas e avenidas largas constituindo-se no espaço destinado à localização dos principais equipamentos coletivos e destinados à localização dos principais equipamentos coletivos e institucionais e pelo qual se inicia a implantação das infra-estruturas¹⁸.

A zona urbana, onde seria o núcleo central da cidade e estariam edificadas as principais instituições da Capital, era delimitada pela então avenida 17 de Dezembro, hoje, do Contorno, tendo como eixo principal a Avenida Afonso Pena. Neste local a topografia muitas vezes foi desafiada pelo plano proposto. Envolvendo a zona urbana, como um cinturão, a zona suburbana desenvolvia-se em terreno bem mais acidentado e o traçado foi melhor adaptado à topografia, as quadras e os lotes se desenvolviam de forma irregular e as dimensões eram maiores e as ruas mais estreitas. Finalmente, havia a zona rural, que circundava a suburbana e era destinada a sítios e pequenas lavouras, cuja produção destinar-se-ia à Capital.

Portanto, em nome da ordem, do progresso e do moderno estabeleceram-se locais para todas as atividades necessárias ao funcionamento de uma cidade que se reivindicava

¹⁷ SALGUERO, Eliana Angotti. O Ecletismo em Minas Gerais. Belo Horizonte 1894-1930. In: Org. FABRIS, Annateresa. Ecletismo na Arquitetura Brasileira. São Paulo: Nobel; USP, 1987, p. 111.

¹⁸ Prefeitura de Belo Horizonte. Cenas de um Belo Horizonte. Belo horizonte: PBH, 1996. 2ª edição.

símbolo da modernidade. As construções deviam acontecer de acordo com as funções a que se destinariam. Foram previstas, repartições públicas nos cruzamentos e praças, o que conferia maior visibilidade à elas. A partir dos conceitos positivistas e higienistas foram setorizados os equipamentos coletivos: escolas, hospitais, estação ferroviária, matadouro, cemitério, estação de tratamento de água. Assim, foram determinadas as áreas onde seriam construídas as residências, os locais de trabalho, o comércio e o lazer, ou seja:

lugares na capital que pareciam reservados exclusivamente para um tipo de atividade ou grupo social.(...) O caráter totalizante desse tipo de planejamento, traçado de uma só vez, e que buscava previamente, o lugar para cada coisa ou grupo social, pretendia, de fato, congelar a capital em sua concepção de gabinete. Aprisionada aos rigores de um plano regido pela autoridade do saber, todo e qualquer desvio dessa ordem original era identificado como caos urbano. Havia uma intencionalidade latente nesse tipo de concepção: impedir qualquer intervenção espontânea dos habitantes no espaço. As manifestações da pluralidade e das contradições das relações humanas do território urbano.¹⁹

Para atender a construção de edificações residenciais, a Comissão Construtora da Nova Capital idealizou as *casas-tipo*, seis modelos de habitação que deviam ser utilizados pelos funcionários do governo que seriam transferidos da antiga capital, Ouro Preto, e moradores da nova capital. Essas *casas-tipo* possuíam elementos arquitetônicos claramente ecléticos, sendo estes adaptados e imbuídos de um caráter regional: padronização e relação entre o número de janelas e o grau de ornamentação de sua fachada com a posição social do proprietário. O bairro dos Funcionários foi, por excelência, a área da cidade que mais conheceu essas edificações. Assim, dos 3.839 lotes da primeira região urbanizada, 417 foram destinados ao poder público, 553 aos funcionários públicos, 597 doados a proprietários de prédios em Ouro Preto, 114 doados a antigos proprietários de Belo Horizonte e 2.158 foram colocados à venda.

Tendo por epicentro o complexo da Praça da Liberdade, o bairro dos Funcionários era o "de maior extensão quilométrica e demográfica da cidade e considerado um bairro de certo gabarito social, porque naquela época, ser funcionário público significava uma promoção de classe na camada social"²⁰, sendo as casas nele edificadas "geralmente bem construídas, arejadas e elegantes."²¹ Como bairro planejado, dentro da zona urbana, nele foram empregados os recursos orçamentários possíveis, capazes de conferir-lhe uma

¹⁹ BH: horizontes históricos/ Org. Eliana de Freitas Dutra; [textos]: Ciro Flávio Bandeira Mello [et al.]. Belo Horizonte: C/ Arte, 1996. p.60

²⁰ LIMA, Benvindo, Canteiro de saudades - pequena história contemporânea de Belo Horizonte (1910-1950). Belo Horizonte, 1996. Pág. 79.

²¹ Barreto, Abílio. Belo Horizonte: memória histórica e descritiva - história média. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudo Históricos e Culturais, 1995, pág. 653

infraestrutura compatível com os preceitos higienistas e urbanísticos que fundamentavam a concepção da nova Capital. Considerada uma área nobre, seu processo de ocupação, entretanto, não se deu de modo homogêneo. Os funcionários públicos mais graduados instalaram-se em casas espaçosas e mais elaboradas arquitetonicamente, ocupando, primordialmente, os arredores da praça da Liberdade e da igreja da Boa Viagem. Aqueles do baixo escalão procuravam áreas menos valorizadas na cidade, onde construíam residências mais modestas, principalmente na zona suburbana.

Podemos observar que a rua da cidade moderna se diferencia bastante da rua da cidade colonial, conhecida por todos até então:

Nas cidades coloniais, as vias funcionavam como uma extensão da casa. Um papel secundário compreensível numa sociedade patriarcal, escravista e eminentemente rural, cujo poder econômico e político estava confinado à órbita familiar. Daí o pouco destaque das ruas no cenário urbano, face ao seu uso restrito e à ausência de uma vida pública vigorosa.

A sua supremacia no traçado de Belo Horizonte assinalava um ajuste às novas demandas da vida moderna. Era um indício de um novo padrão de sociabilidade, voltado para o espaço público, cosmopolita e urbano. Também as ruas e avenidas, com suas dimensões monumentais, constituíam verdadeiras artérias, apropriadas ao tráfego, à circulação de mercadorias, da multidão e dos veículos - lugares de trânsito e negócios. A construção da imagem da cidade associada à do movimento frenético e desimpedido de coisas e pessoas.²²

Na época do planejamento da nova capital, as classes populares não receberam por parte da CCNC nenhuma preocupação, o que demonstra ser o plano bastante excludente, como podemos observar na dissertação de Michael Le Vem:

... As ruas e avenidas, na época da fundação da cidade, eram tão largas que não eram lugares de encontro, eram lugares de tráfego. Isto mostra bem que o planejamento não é neutro, nem obedece a uma racionalidade moral ou ética. A planta da cidade é altamente classista, nela existe a preocupação de destinar a cada fração da população o seu lugar: grandes avenidas, poucas praças, poucos lugares de encontro, avenida de contorno que isola a cidade, uma zona-tampão que seria suburbana e depois a periferia. Foi uma planta realmente segregacionista e altamente classista, nesse sentido.

O planejamento depende do poder, faz o que as classes dominantes acham necessário que seja feito para que a estrutura do poder e a estrutura social sejam intocáveis.

(...) É, construir uma cidade não é só desenhar no papel. Imaginem o que é 'urbanizar' uma área acidentada, infestada de várias doenças e, principalmente construir uma série de palácios que exigem abundante

²² LE VEM, Michel Marie. Classes sociais e poder político na transformação espacial de Belo Horizonte (1893/1914). Belo Horizonte, UFMG. Dissertação de Mestrado em Ciência Política. 1977.

mão de obra, desde o servente de pedreiro até o operário quase artista em decoração, pintura, escultura etc.

O fato de ser necessário trazer para cá mais de seis mil operários para construir a cidade fez estourar aquele plano. A burguesia teve que dividir o espaço físico com o resto da população que, afinal, era absolutamente necessária para ela.²³

Assim, Belo Horizonte, construída entre os anos de 1894 e 1897, era o símbolo maior da República de Minas. Esse foi o período necessário à CCNC, para demolir completamente o Arraial e construir a cidade que inauguraria uma nova era, ou seja, promoveu-se uma demolição em nome do progresso. A cidade planejada e idealizada começa sob a égide das contradições e dos conflitos que a envolveram desde o momento da decisão da mudança, passou pela escolha do local, da construção, da inauguração e dos assentamentos dos novos moradores. Um lugar onde a,

razão e a técnica somam-se no fundamento de um ideal de progresso que quer eliminar as contradições e recalcar o não racional.²⁴

(...)Para os membros do Estado moderno, nada poderia ser mais atraente do que uma cidade/máquina modelar de disciplina que, ao mesmo tempo revelasse tudo e ensinasse como as relações entre coisas e pessoas devem ser ²⁵.

As críticas ao plano e à construção da Capital não foram amenas. Para o símbolo do moderno a que se pretendia, as mudanças não eram tão atrativas:

O plano de Aarão Reis pouco fez além de demarcar o território suburbano. Não previa sequer a construção de vias que unissem ambas as zonas. As ruas que se abriram no subúrbio, geralmente, não ultrapassava a fronteira da avenida. O que prova que essa artéria circular funcionava como um obstáculo concreto, isolando estrategicamente, a cidade cenário monumental daquela comumente identificada como pobre, perigosa e até mesmo insalubre. ²⁶

Na área central, ao contrário, da periferia, estavam concentrados todos os atrativos da nova capital. Neste local estavam os espaços coletivos mais atraentes, os edifícios públicos e os serviços urbanos ligados à infraestrutura mais modernos. Foi ali que a elite ouropretana, construiu suas residências, realizou negócios, efetuou cultos religiosos e se divertiu.

²³ LE VEM, Michel Marie. Classes sociais e poder político na transformação espacial de Belo Horizonte (1893/1914). Belo Horizonte, UFMG. Dissertação de Mestrado em Ciência Política. 1977

²⁴ WESTIN, Vera Lúcia Costa. Santa Tereza na construção cotidiana da diferença - um estudo sobre interações comunicativas e apropriação simbólica no espaço urbano: um bairro da Belo Horizonte do final do século. Dissertação apresentada ao mestrado de Comunicação da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais. Abril de 1998.

²⁵ MAGALHÃES, Beatriz de Almeida e ANDRADE, Rodrigo Ferreira. Belo Horizonte - um espaço para a República. Belo Horizonte. UFMG. 1989. P. 55.

²⁶ LE VEM, Michel Marie. Classes sociais e poder político na transformação espacial de Belo Horizonte (1893/1914). Belo Horizonte, UFMG. Dissertação de Mestrado em Ciência Política. 1977.

Mas, o plano executado pela CCNC, não dividiu a capital apenas entre ricos e pobres. Em nome da ordem, do progresso e do moderno estabeleceu-se locais para todas as atividades necessárias ao funcionamento de uma cidade que se reivindicava símbolo da modernidade. As construções deviam acontecer de acordo com as funções. Assim, foram determinados os lugares onde seriam construídas as residências, os locais de trabalho, o comércio, o lazer, etc. Daí, os nomes, Bairro dos Funcionários, Avenida do Comércio, o Centro Cívico, ou seja:

lugares na capital que pareciam reservados exclusivamente para um tipo de atividade ou grupo social”.(...) O caráter totalizante desse tipo de planejamento, traçado de uma só vez, e que buscava previamente, o lugar para cada coisa ou grupo social, pretendia, de fato, congelar a capital em sua concepção de gabinete. Aprisionada aos rigores de um plano regido pela autoridade do saber, todo e qualquer desvio dessa ordem original era identificado como caos urbano. Havia uma intencionalidade latente nesse tipo de concepção: impedir qualquer intervenção espontânea dos habitantes no espaço. As manifestações da pluralidade e das contradições das relações humanas do território urbano.²⁷

Contudo, as críticas não se referem apenas aos aspectos da distribuição de espaços acompanhados de segregação social, conforme LOYER:

sobre a proposta neoclássica urbanística vêm ao encontro da planta de Belo Horizonte, ou qualquer outra cidade, feita ou refeita segundo este modelo: planificação da paisagem, prevendo espaços hierarquicamente definidos e ordenação arquitetonicamente de obras situadas; adequação do aspecto funcional dos monumentos públicos, dispostos a partir de um centro político e monumental; proporções dos quarteirões e das grandes vias de comunicação, articuladas com vastas esplanadas e parques de lazer²⁸.

No mesmo sentido, é procedente a crítica de Sylvio de Vasconcelos:

o mal geral, desde o início, prendeu-se à confusão estabelecida entre desenho e arquitetura... o nosso urbanismo de ‘bem traçada’ ruas, tão decantado por quem examine por alto é (...) chavão similar à tradicional prudência mineira’. (...) embora tenha seus méritos como tentativa de planejamento, considerando os recursos da época, não resiste a um exame mais atento. O desenho sim, é uma beleza com suas ruas normais, suas avenidas diagonais, seu xadrez perfeito. Adaptado, porém, à topografia do lugar, notamos logo a pouca felicidade de sua composição. Copiando Mar del Plata, Washington e outras cidades planas, tentou-se aqui em terreno montanhoso forçar as mesmas soluções e, em consequência, vieram as ruas espigão acima, ruas em cortes profundos, ruas inteiramente divorciadas das ruas de nível e até

²⁷ BH: *Horizontes históricos*. Org. Eliana de Freitas Dutra; [textos]: Ciro Flávio Bandeira Mello [et al.] – Belo Horizonte: C/ Arte, 1996. P.60

²⁸ SALGUERO, Eliana Angotti. *O Ecletismo em Minas Gerais*. Belo Horizonte 1894-1930. In: Org. FABRIS, Annateresa. *Ecletismo na Arquitetura Brasileira*. São Paulo: Nobel; USP, 1987. P. 111

mesmo ruas com 'escadinhas' por imposição do terreno ,ou talvez, por saudades de Ouro Preto²⁹.

E assim,

(...) o projeto de Belo Horizonte se materializa sob a égide de dois pólos discursivos: a racionalidade idealizada e expressa pelo traçado geométrico e o urbanismo barroco, concepção orientada pelo caráter fundamental do traçado urbano, de amplas vias garantindo um grau de visibilidade e controle do poder público para garantir a ordem e a legalidade.³⁰

A linha férrea, ligando Belo Horizonte a Sabará, foi inaugurada em setembro de 1895. Esta obra foi de suma importância para os trabalhos da CCNC. Nesta mesma data aconteceu o lançamento da pedra fundamental de vários edifícios públicos, como o Palácio Presidencial, as secretarias e outros. Após a inauguração da ferrovia, os trabalhos se desenvolveram mais facilmente.

Para facilitar o transporte de materiais até os canteiros de obra, a cidade foi recortada por ramais férreos.

Uma linha passava pelo centro, subia Avenida Afonso Pena até a Rua Espírito Santo, onde existia um enorme galpão para depósito de materiais (no local onde hoje se encontra a Igreja São José), subia Espírito Santo, passava pela Praça da Liberdade e seguia até a pedreira do Acaba Mundo. Outra ia até a pedreira da Lagoinha (hoje Prado Lopes); outra, até a Praça Floriano Peixoto, onde estava sendo construído o quartel da Polícia Militar.³¹

Para garantir o incremento das obras, Francisco Bicalho, pediu ao Governo a liberação da imigração. Essa parcela de operários foi de grande importância na construção da capital.

Com o fim da Comissão Construtora, não surgiu de imediato nenhum órgão regulador da expansão da cidade, que passou a crescer livremente, seguindo a disponibilidade de áreas e o mercado. As residências proliferaram pela cidade, influenciadas pelas *casas-tipo*, mas sem o rigor dos projetos da Comissão Construtora. Os elementos e aspectos arquitetônicos retirados de forma consciente das formas da arquitetura histórica miscigenaram-se à memória e ao sonho do proprietário e ou projetista, resultando em edificações cuja estética representa, ao mesmo tempo, o subjetivo e o imaginário coletivo.

²⁹ SALGUERO, Eliana Angotti. O Ecletismo em Minas Gerais. Belo Horizonte 1894-1930. In: Org. FABRIS, Annateresa. Ecletismo na Arquitetura Brasileira. São Paulo: Nobel; USP, 1987, P. 111

³⁰ MAGALHÃES, Beatriz de Almeida e ANDRADE, Rodrigo Ferreira. Belo Horizonte - um espaço para a República. Belo Horizonte. UFMG. 1989. P. 142.

³¹ SILVA, Luiz Roberto da. Doce dossiê de BH. Belo Horizonte, Gráfica Editora Cedáblio Ltda.

4- OCUPAÇÃO, EVOLUÇÃO URBANA E CULTURAL DE BELO HORIZONTE

4.1 - Os PRIMEIROS ANOS

Belo Horizonte foi inaugurada a 12 de dezembro de 1897, por uma exigência da Constituição do Estado. Entretanto, parte de suas construções não havia sido concluída e algumas de suas ruas e avenidas eram apenas "picadas" abertas no meio do mato. A crise econômica que tomava conta do país e do Estado tinha feito com que muitas obras ficassem paralisadas, à espera de recursos. O comércio e a indústria ligada à construção civil, que tinham se desenvolvido bastante nos anos anteriores, agora enfrentavam dificuldades. A cidade não se industrializou no ritmo que se esperava e permaneceu sem atividades econômicas expressivas durante anos. Os trabalhadores foram os mais prejudicados; os que não perderam o emprego tiveram seus salários atrasados durante meses. Tudo isso contribuía para tornar a Capital uma cidade entediante e sem graça. Sua aparência inacabada e empoeirada dava a impressão de abandono. As ruas e avenidas, largas demais para uma população não muito numerosa, pareciam estar sempre vazias. Para piorar a situação, as diversões eram poucas e não conseguiam espantar a decepção e a tristeza dos primeiros habitantes.

Na área central, a Rua da Bahia era território de elite. Nela, ficava o único teatro da cidade, o Soucasseeux, uma espécie de um barracão coberto de zinco, onde se apresentavam companhias de teatro e música e onde se improvisava um botequim. Nessa rua também ficavam os principais bares e cafés, lugar onde os homens se encontravam para conversar, falar de política e da vida. Ao anoitecer, a rua virava palco para o footing (moças e rapazes desfilavam, trocando olhares, numa espécie de namoro bem comportado).

Na tentativa de espantar o tédio, os jovens fundavam clubes como o Rose, o Violetas, o dos Jardineiros do Ideal, o Santa Rita Durão e o Elite. Além de festas e bailes, esses Grêmios tinham a intenção de promover a literatura. Outros clubes eram criados durante os carnavais e os mais famosos foram os Matakins, os Diabos de Luneta e os Diabos de Casaca, que promoviam festas, desfiles de carros alegóricos, batalhas de confetes, serpentinas e, é claro, lança-perfume.

O Parque Municipal (na época quatro vezes maior) era muito frequentado nos fins-de-semana. Ali, a sociedade encontrava espaço para praticar esportes, passear ou fazer piqueniques, enquanto bandas tocavam "retretas". Também era lá que as paróquias comemoravam datas religiosas, com quermesses e barraquinhas. A população pobre e os

4.2 - AS PRIMEIRAS TRÊS DÉCADAS DA VIDA NA CIDADE

A vida social também começou a se agitar, com a substituição do teatrinho Soucasseeux pelo elegante Teatro Municipal (1909) e com a inauguração de diversos cinemas. Frequentar as salas dos cine-teatros Colosso, Comércio, Familiar, Progresso, Bijou e Paris tornou-se não só uma obrigação para os belo-horizontinos, como também um pretexto para encontros e conversas. Nessa época em que cinema fazia muito sucesso, nasceu o gosto do belo-horizontino pela moda, com famosas costureiras imitando os modelos vestidos pelas atrizes mais conhecidas.

Os anos vinte marcam uma época romântica da história da capital. Entre passeios de bonde e sessões de cinema, entre conversas nos cafés e o footing, a vida seguia alegre. Belo Horizonte era a "Cidade-Jardim" ou "Cidade Vergel", onde o verde das árvores saltava das ruas e invadia as casas, tomando quintais e pomares. Nesse período, a capital viu nascer a geração de escritores modernistas que iria se destacar no cenário nacional. Carlos

Drumond de Andrade, Cyro dos Anjos, Luís Vaz, Alberto Campos, Pedro Nava, Emílio Moura, Milton Campos, João Alphonsus, Abgar Renault e Belmiro Braga, reunidos no Bar do Ponto, no Trianon ou na Confeitaria Estrela, eram rapazes inquietos que mudaram o panorama da literatura brasileira.

No campo das artes e da cultura, a cidade experimentou um grande desenvolvimento. Enquanto o Teatro Municipal vivia seus anos de glória, novas salas de cinema eram inauguradas como os cines Pathê, Glória, Odeon e Avenida. Em 1926, o maestro Francisco Nunes fundou o Conservatório Mineiro de Música. No ano seguinte, era criada a Universidade de Minas Gerais. Em 1929, fundou-se Automóvel Clube, ponto de encontro da elite belo-horizontina.

Como um reflexo do fim da I Guerra Mundial, em 1918, a indústria de Belo Horizonte ganhou impulso na década de vinte. Os serviços urbanos foram ampliados para atender a uma população sempre crescente. Parecia, finalmente, que a modernidade tinha chegado à Capital. Inauguraram-se grandes obra, como o viaduto de Santa Tereza, a nova Matriz da Boa Viagem e o Mercado Municipal. Os automóveis circulando pelas ruas tornaram-se comuns, exigindo a criação de um código de trânsito e da primeira autoescola. Surgiram também os auto-ônibus, complementando p serviço dos bondes.

Como prova do desenvolvimento e do prestígio, Belo Horizonte recebeu a visita dos reis da Bélgica, em 1920. Na ocasião, toda a Praça da Liberdade foi reformulada, adquirindo o seu aspecto atual. Em 1922, para comemorar os cem anos da Independência Brasileira, a Praça 12 de Outubro passou a se chamar Praça Sete de Setembro e ganhou o famoso "Pirulito". Essa onda de progresso continuou ao longo da década de 30. Na periferia, surgiram novos bairros. Cresceram nessa época

Lourdes, Barreiro, Nova Suíça, Gameleira, Renascença, Sagrada Família e Parque Riachuelo. Muitas favelas também começaram a se formar. A expansão da cidade aconteceu sem um maior controle ou planejamento e isso trouxe sérios problemas urbanos. Muitos dos novos bairros não possuíam os serviços básicos de água, luz e esgotos. Enquanto isso, o centro permanecia relativamente vazio. Na arquitetura, surgiram



novidades: o primeiro edifício de dez andares e um novo estilo de fachadas, como a do Cine Brasil.

A Revolução de 3 de outubro de 1930, que levou Getúlio Vargas ao poder, também marcou a história da cidade. Tomada de surpresa, a população assistiu à troca de tiros entre revolucionários e as forças federais, no cerco ao Quartel do 12º RI. Nos anos seguintes, a ditadura do Estado Novo traria o fechamento do Poder Legislativo, o controle da imprensa e o clima tenso da repressão. Como consequência da política de modernização da economia implantada por Vargas, as bases para o desenvolvimento industrial da cidade foram lançadas, criando-se a zona industrial de Belo Horizonte.

Dois acontecimentos importantes na década foram o 2º Congresso Eucarístico Nacional, em 1936, que reuniu milhares de católicos na Praça Raul Soares, e a Exposição de Arte Moderna, no mesmo ano. O período viu, ainda, nascerem as duas primeiras rádios da cidade, a Rádio Mineira (1931) e a Rádio Inconfidência (1936). Com seus programas de auditório, transmitidos ao vivo, elas viveriam seus anos dourados na década seguinte. A capital começava a amadurecer.

4.3 - Os anos 1940 e 1950: Surgimento de uma metrópole moderna

Os anos quarenta trazem a modernidade e dão um ar de metrópole à Belo Horizonte. Nessa época, a capital ganhou várias indústrias, abandonando seu perfil de cidade administrativa. O impulso para isso foi dado pela criação de um Parque Industrial, em 1941. O setor de serviços também começou a crescer com o fortalecimento do comércio. O centro da cidade tornou-se, então, uma área valorizada, principalmente para a construção de edifícios, e passou a sofrer a especulação imobiliária.

O grande responsável pela transformação de Belo Horizonte foi o prefeito Juscelino Kubitschek. Com o objetivo de renovar a capital, promovendo um surto de desenvolvimento e modernização, JK realizou diversas obras que projetaram internacionalmente o nome da cidade. A mais importante delas foi o Complexo Arquitetônico da Pampulha inaugurado em 1943. Desenhado pelo jovem arquiteto Oscar Niemeyer, o complexo era formado por quatro obras principais, a Igreja de São Francisco de Assis, a Casa do Baile, o Cassino e o late Golf Clube, instaladas às margens da lagoa artificial. Com suas linhas originais e modernas, Oscar Niemeyer fez da Pampulha um dos maiores exemplos da arquitetura modernista brasileira. Também foi uma iniciativa de Juscelino Kubitschek, a construção de um conjunto habitacional no bairro São Cristóvão, localizado na Avenida Antônio Carlos, que, na época

se chamava Avenida Pampulha. O Conjunto IAPI (Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários), como foi denominado, surgiu como uma alternativa para o problema da moradia na cidade e como uma tentativa da Prefeitura de ordenar a região da Lagoinha. Em 1941, também com projeto de Oscar Niemeyer, o Palácio da Artes começou a ser construído.

Um pouco mais tarde, já no final da década, um outro marco na arquitetura da capital seria inaugurado: o Edifício Acaiaca, na Avenida Afonso Pena. Com sua fachada de linhas retas e sóbrias, onde se destacavam as faces de dois índios, o Acaiaca era o maior e mais moderno prédio de Belo Horizonte, com os elevadores mais velozes da cidade. Nessa época, ainda aconteceu a construção do Teatro Francisco Nunes (1949), no Parque Municipal, e da primeira estação rodoviária da cidade.

Se a marca dos anos 40 foi a modernização da arquitetura da cidade, os anos 1950 ficariam conhecidos como a década da indústria, em razão do surto de desenvolvimento alcançado pela capital. A criação da Cemig, em 1952, e o desenvolvimento da Cidade Industrial, nas proximidades de Belo Horizonte (Contagem) são dois fatores que explicam esse crescimento. Nessa década, caracterizada pelo grande êxodo rural, a população da cidade dobra de tamanho, passando de 350 mil para 700 mil habitantes. Surgem novos bairros, como o Sion e o São Pedro. Uma nova avenida é aberta, sendo chamada de Cristiano Machado. Os problemas urbanos e a falta de moradia tornam-se mais graves. Preocupado com o crescimento desordenado da cidade, o prefeito Américo René Gianetti dá início à elaboração de um Plano Diretor para Belo Horizonte. A cidade torna-se vertical com uma série de prédios, cada vez mais altos, sendo construídos. É dessa época o Edifício Clemente Faria, feito para ser a sede do Banco Lavoura (atual Banco Real), na Praça Sete. Projetados por Oscar Niemeyer, o Edifício JK, o Edifício do Bemge, o prédio do Colégio Estadual Milton Campos (atual Estadual Central), o Edifício Niemeyer e a sede da Biblioteca Pública Estadual são belos exemplares da arquitetura moderna caracterizados pela simplificação de formas e pelo uso de esquadrias metálicas, concreto, vidros e revestimentos de mármore e pastilhas.



Vista da lagoa da Pampulha em 1948. Fonte: APCBH



Estádio Governador Valadres, o "Mineirão", sendo construído em fins dos anos de 1950. Fonte: APCBH

Foi nos anos 1950 que a cidade passou a ser influenciada pelo estilo de vida americano. Aquela era a época das grandes orquestras, que faziam sucesso não apenas no rádio, como também na recém-inaugurada TV Itacolomi. Nas boates e nos clubes, cada vez mais numerosos, tinham lugar as "horas dançantes" e os bailes de gala. Já para a população mais pobre, a diversão acontecia mesmo na rua, proporcionada pelas apresentações do cine grátis.



Vista geral da área central de Belo Horizonte em 1947 – intensifica-se o processo de verticalização.

4.4 - ANOS 1960 E 1970: O PROGRESSO AVANÇA PELA CIDADE

O crescimento econômico transformou o perfil de Belo Horizonte na década de 1960. Sem respeito pela memória da cidade, o progresso avançou sobre suas ruas, demolindo casas, erguendo arranha-céus, derrubando árvores, cobrindo tudo de asfalto. Já não era possível reconhecer a "Cidade-Jardim" que tanto encantara os poetas; a cidade verde tinha ficado no passado. Era preciso desafogar o trânsito e as avenidas rasgavam cada vez mais o tecido da cidade. Até o "Pirulito" foi retirado da Praça Sete, como parte das

transformações radicais, e foi deixado no Museu Abílio Barreto.

A descaracterização da cidade fez-se sem remorsos. Se os espaços verdes desapareciam, se a beleza das antigas construções era transformada em pó, em seu lugar surgiam edifícios modernos, novas e novas indústrias. Os anos 60 foram marcados pelo crescimento das indústrias e das instituições financeiras. Nessa época, Belo Horizonte começou a irradiar seu crescimento e suas cidades vizinhas também



receberam muitos investimentos e fábricas. Esse progresso, contudo, não se fez sem o agravamento das desigualdades e problemas sociais. O surgimento de inúmeras favelas comprova o desequilíbrio causado pela concentração de renda.

Mas, não foi somente o desenvolvimento econômico que modificou a rotina de Belo Horizonte. A instauração da ditadura militar, após o Golpe de 1964, também levou a população às ruas. Primeiro foram as mulheres católicas que com seus terços em punho, apoiaram o "movimento que nos livrara do perigo comunista". A manifestação foi denominada a "Marcha da Família com Deus pela Liberdade". Mais tarde, vieram os estudantes, dessa vez, protestando contra a falta de liberdade, o desrespeito aos direitos humanos e constitucionais. Inúmeras vezes, a Praça Sete assistiu à multidão ser dispersada com bombas e a prisão de manifestantes. Em 1978, seria a vez da campanha pela anistia dos presos políticos mobilizar os belo-horizontinos.

Na década de 1970, a cidade era o próprio retrato do caos. Com um milhão de habitantes, Belo Horizonte continuava crescendo desordenadamente. Nas regiões norte e oeste e nos municípios vizinhos, com a criação de distritos industriais e a instalação de empresas multinacionais, a população tornou-se cada vez mais densa. Na tentativa de resolver os problemas causados pela falta de planejamento, foram tomadas várias medidas: criou-se o Plambel e instituiu a Região Metropolitana de Belo Horizonte.

A política de crescimento econômico acelerado, porém não resolvia os problemas sociais. A crise prolongada e os baixos salários levaram a população mais uma vez às ruas, já no final da década. Professores da rede pública e operários da construção civil, paralisando a cidade na greve de 1979, mostraram seu descontentamento com relação aos problemas econômicos e sociais, mas também em relação ao regime militar.

4.5 - DOS ANOS 1980 AOS DIAS ATUAIS

A chegada dos anos 1980 marcou o início de uma mudança nas relações do belo-horizontino com sua cidade. O crescimento desordenado e os problemas de perda de importantes marcos da história de Belo Horizonte, a degradação ambiental e as desigualdades sociais, foram pouco a pouco, tornando-se algumas das maiores preocupações dos cidadãos. A consciência de que é preciso cuidar da cidade, ao mesmo tempo permitindo seu desenvolvimento e garantindo a qualidade de vida de seus habitantes, difundiu-se cada vez mais entre a população.

Foi ao longo da década de 1980 que o belo-horizontino redescobriu o espaço das ruas, fazendo dele o palco de suas manifestações, de seus protestos e de suas artes. Em 1980, milhares pessoas tomaram a Avenida Afonso Pena e a então Praça Israel Pinheiro (hoje, Praça do Papa) para receber o próprio Papa João Paulo II. Em 1983, diversas entidades e cidadãos saíram às ruas para protestar contra a demolição do prédio do Cine Metrôpole, defendendo seu tombamento pelo Patrimônio Histórico. Em 1984, a multidão lotou a Praça da Rodoviária para dar força à campanha "Diretas Já", participando do comício que reuniu nomes como Tancredo Neves, Ulisses Guimarães, Brizola e Lula. Um ano depois, os mesmos manifestantes chorariam a morte do recém-eleito presidente Tancredo Neves, acompanhando seu velório no Palácio da Liberdade. Mais recentemente, em 1992, seria a vez dos jovens "cara-pintadas" protestarem contra a corrupção e exigirem o impedimento do presidente Fernando Collor.



Uma mentalidade diferente daquela que orientou o crescimento nas décadas anteriores começava a surgir. As obras realizadas na cidade ganharam nova direção. Em 1981, adotou-se um novo sistema de transporte, na tentativa de melhorar a situação do trânsito na

cidade. Foi iniciada a implantação do metrô de superfície como uma alternativa rápida, segura e menos poluente para o transporte de massa. Em 1984, a canalização do Ribeirão Arrudas, que está sendo concluída agora em 1997, pôs fim ao problema das enchentes que todos os anos causava prejuízos ao centro da capital.

A memória da cidade começou a ser mais valorizada, com o tombamento de vários edifícios de importância histórica. A população ganhou, ainda, diversos espaços de lazer, como o Parque das Mangabeiras, inaugurado em 1982, e o Mineirinho. A área de saúde também experimentou grandes avanços com a redução do número de casos de poliomielite e tétano, graças às campanhas de vacinação infantil.

Ainda assim os problemas não desapareceram. A Pampulha, um dos principais cartões-postais da cidade, era uma lagoa praticamente morta, tão poluída estavam suas águas. Uma praga de aguapés havia tomado conta de quase toda a superfície da lagoa, reproduzindo-se descontroladamente e provocando um desequilíbrio ecológico.

Na década de 1990, a valorização do espaço urbano teria continuidade. Em 1990, a Lei Orgânica do Município foi aprovada, trazendo avanços em diversos setores sociais. Em 1992, criou-se o Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município para tratar do tombamento de construções de valor histórico. Espaços como a Praça da Liberdade, a Praça da Assembleia e o Parque Municipal, que se encontravam abandonados e desvalorizados, foram recuperados e a população voltou a frequentá-los e a cuidar de sua preservação. Em 1996, o Plano Diretor da cidade e a Lei de uso e Ocupação do Solo passaram a regular e ordenar o crescimento da capital.

5 - CARACTERIZAÇÃO DO CONJUNTO URBANO AVENIDAS CARANDAÍ, ALFREDO BALENA E ADJACÊNCIAS

O conjunto foi ampliado em 2007 incluindo as quadras situada na poligonal formada pelos eixos das Ruas Ceará, Piauí, Avenida do Contorno e Avenida Francisco Sales. Tal ampliação teve como objetivo o de reforçar a proteção de edificações referenciais, e de trechos urbanos contíguos ao conjunto e situado na parte ao interno da Avenida do Contorno, reconhecendo a continuidade da mancha de proteção dos Conjuntos Urbanos da área central e hospitalar.

O estudo elaborado pela Praxis Projetos e Consultoria, apresentado em 1996 ao antigo Departamento de Memória e Patrimônio Cultural da PBH, descrevia o perímetro de proteção proposto para o Conjunto Urbano das Avenidas Carandaí e Alfredo Balena como a ampliação do perímetro tombado instituído em 1994 com o objetivo de, juntamente com os Conjuntos Urbanos das Praças Hugo Werneck e Floriano Peixoto, também revistos, fazer coincidir seus limites com aqueles da ADE Hospitalar recém criada pelo Plano Diretor do Município da época. Desta forma, passam a compor a poligonal de tombamento do conjunto as quadras 4408, 2078, 2617, 2080 e 1986. A quadra 2617 pertence ao então Conjunto Urbano da Praça Tiradentes e as quadras 2080 e 1986 também fazem parte do Conjunto Urbano da Avenida Afonso Pena.

O Conjunto Urbano das Avenidas Carandaí e Alfredo Balena compõe-se de fato de diversas manchas ligadas por avenidas que, além de constituírem-se trajetos notáveis de grande valor simbólico e referencial, funcionam como eixos de convergência de pessoas e atividades, conferindo unidade ao conjunto.

A primeira destas manchas é, na verdade, parte do que convencionou-se chamar de área hospitalar e inclui, além da quadra 3260, ocupada pela Escola de Medicina da UFMG, a Faculdade de Ciências Médicas, o Hospital das Clínicas, o Hospital da Previdência e o Pronto Socorro João XXVIII dentre diversos outros equipamentos de saúde, a quadra 4408 onde localiza-se a sede da Fundação Hospitalar de Minas Gerais - FHEMIG, estendendo-se na direção contrária para além da avenida Alfredo Balena até as avenidas Carandaí e Bernardo Monteiro, onde há uma grande concentração de consultórios, laboratórios e clínicas dentre outros serviços voltados para a área médica.

Esta região, que se prolonga com características semelhantes através dos conjuntos urbanos contíguos das Praças Hugo Werneck e Floriano Peixoto, vem passando por um processo acelerado de renovação que consiste basicamente da substituição de antigas

edificações residenciais por prédios de salas com a consequente verticalização da paisagem construída.

Apesar da perda de significativos exemplares da arquitetura residencial de épocas passadas e do agravamento das condições ambientais da área com o adensamento de atividades e aumento de tráfego de veículos, esta mancha ainda abriga importantes marcos da arquitetura oficial, representativos de diferentes momentos da história da cidade. Dentre estes devem ser citados o edifício do antigo hospital Borges da Costa - hoje residência estudantil - importante precursor da arquitetura em Belo Horizonte; a Escola Estadual Pedro II, belo exemplar do estilo neocolonial, o único de uso institucional da cidade e o edifício sede do Departamento Estadual de Estradas de Rodagem construído nos anos cinquenta, o qual apresenta diversos elementos característicos do modernismo, inclusive em seu interior. Além dos equipamentos de saúde devem ser também citados como importantes referenciais nesta mancha as instalações do Supermercado Extra ocupando área onde funcionou, em terreno doado pela Municipalidade, o antigo campo do América Futebol Clube, e o Teatro Marília, um dos principais palcos na trajetória das artes cênicas da cidade.

Uma segunda mancha identificada desenvolve-se ao longo do eixo da avenida Carandaí desde a esquina com a rua Pernambuco e avenida Alfredo Balena até o cruzamento com a avenida Brasil. Ainda que parte das quadras do lado esquerdo no sentido ascendente da avenida participem também da área hospitalar, o que distingue esta mancha é a ambiência de boulevard que a caracteriza. Contribuem para tanto a largura da avenida e de seu canteiro central associadas à volumetria predominantemente horizontalizada das construções, fazendo com que a avenida seja marcada pela ampliação de espaço e pela abundância de luminosidade. Apesar da presença de alguns edifícios residenciais construídos antes da vigência da Lei de Uso e Ocupação do Solo de 1996, são os usos não-residenciais que predominam na área. O comércio desenvolve-se principalmente nas proximidades da avenida Brasil e dentre os equipamentos de uso coletivo destacam-se a Igreja do Sagrado Coração de Jesus e o Instituto de Educação que, como marcos referenciais, funcionam como pórticos de entrada da avenida.

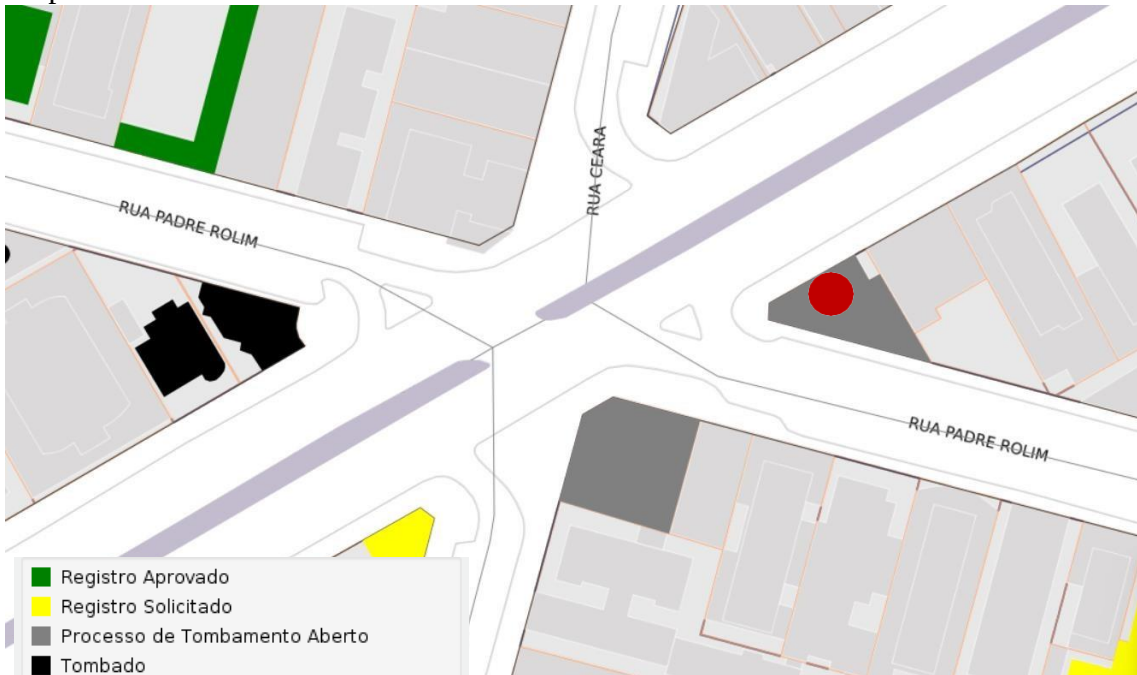
Uma terceira mancha pode ser caracterizada como entorno do Colégio Arnaldo, abrangendo quarteirões que se desenvolvem principalmente ao longo de trechos das avenidas Carandaí e Bernardo Monteiro. Neles predomina o uso residencial seja em edifícios de até dez pavimentos, a maioria construída antes da vigência da Lei de Uso e Ocupação do Solo de 1976, ou em residências unifamiliares remanescentes de períodos anteriores. Os estabelecimentos de comércio e serviços concentram-se nas faces voltadas

para as avenidas Brasil e Bernardo Monteiro sendo que nesta última isto vem se dando através da substituição das edificações existentes por torres, construídas a partir do remembramento de lotes e da adoção de modelos de assentamento que permitem a ocupação de 100% ao terreno nos primeiros pavimentos. Desta forma, a proliferação deste modelo, popularmente conhecido como “bandeja”, vem transformando substancialmente a paisagem da avenida. Já o trecho da avenida Carandaí pertencente a esta mancha teve seu caráter residencial preservado não apenas em função do zoneamento que lhe foi atribuído, mas também pela redução do tráfego de veículos com o fechamento parcial do primeiro quarteirão acima da avenida Brasil, dando aos quarteirões seguintes aspecto de rua local.

No interior das manchas descritas observa-se ainda a existência de outras unidades espaciais que por sua ambiência urbana e modo de apropriação diferenciados, devem também ser destacados. A avenida Bernardo Monteiro, no trecho compreendido entre as avenidas Alfredo Balena e Brasil guarda a arborização original de *Ficus benjamina* que já foi característica do paisagismo de muitas avenidas da cidade. Sob a copa daquelas árvores já tornou-se tradicional a realização de eventos culturais e de lazer como as feiras de comidas típicas e antiguidades, serestas e shows musicais ao ar livre. A avenida Pasteur com apenas um quarteirão e trânsito local tem, na verdade, uma ambientação de praça a qual é valorizada com as perspectivas do Colégio Arnaldo e da Escola Pedro II em suas extremidades. Distinguem-se também no conjunto a avenida Professor Alfredo Balena com amplas calçadas e farta arborização de mangueiras e a Alameda Ezequiel Dias que, apesar de ter suas condições ambientais prejudicadas pelo intenso tráfego de ônibus e automóveis, desfruta de uma certa amenidade conferida pela presença do Parque Municipal.

Finalmente, o trecho da Avenida dos Andradas constitui um dos limites do conjunto através da quadra 4408 que faz a transição entre a área hospitalar e o vale do Ribeirão Arrudas. Cumprindo hoje função de uma das principais arteriais de acesso ao vetor de expansão leste da cidade, a avenida apresenta neste trecho galpões remanescentes da ocupação industrial que, no passado, caracterizou aquela zona da cidade, além das dependências do Departamento Estadual de Estradas de Rodagem. Como área preferencial para projetos de reurbanização segundo definição do Plano Diretor, esta quadra apresenta grande potencial de renovação urbana através de investimentos que contemplam ao mesmo tempo as medidas propostas para a ADE Hospitalar e a promoção do patrimônio cultural existente.

6 – Ficha de análise do bem cultural situado na Av. Brasil, nº 749**FICHA DE ANÁLISE DO BEM CULTURAL**

1. IDENTIFICAÇÃO:
Nome do Proprietário: João Elísio Sette
Endereço: Av. Brasil, 749 – Santa Efigênia
Número Processo Administrativo: 01.127795.01.26
Área Protegida: Conjunto Urbano Avenida Carandaí - Avenida Alfredo Balena e Adjacências
Número Processo Administrativo ao qual é apenso: 01.059222.95.45
Índice cadastral: 006040 007 0022
Lote CTM: 010344600080
Uso original do bem cultural: Misto (Loja e residência)
Uso atual do bem cultural: Comercial
Mapeamento cultural:

Mapa 01: Imóvel situado à Avenida Brasil, 749. Fonte: BH Map, camada Patrimônio Cultural. Acesso em: 03/08/2022.

2. LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO DO ENTORNO IMEDIATO DO BEM CULTURAL

O imóvel localiza-se no bairro Santa Efigênia, em Belo Horizonte (MG), compondo o Conjunto Urbano Avenida Carandaí - Avenida Alfredo Balena. A quadra em que se insere o imóvel apresenta forma triangular, sendo lindeira a três vias arteriais, a Rua Padre Rolim, Avenida Brasil e Avenida Francisco Sales. Nota-se que o quarteirão apresenta uma via que se finaliza junto ao quarteirão fragmentando o triângulo em duas porções. O imóvel está localizado na esquina da Rua Padre Rolim e Avenida Brasil.

O imóvel está localizado em uma área planificada. Nota-se que a Rua Padre Rolim apresenta um aclive suave no sentido para a Rua Piauí e declive no sentido da Avenida Brasil. A via é de mão única, com duas faixas de rolamento, asfaltada, tendo estacionamento nas laterais, os passeios apresentam dimensão conforme as normas sendo interferida por acesso das garagens, o revestimento é em pedra portuguesa e parte em concreto, tendo arborização modesta nos dois lados da rua.

A Avenida Brasil é uma via que se apresenta no trecho da qual encontra-se o bem, como plana. Nota-se que há um aclive suave no sentido da Rua Ceará e um sutil declive no sentido para a Avenida Francisco Sales. A via é de mão dupla, com pistas separadas por um canteiro central arborizado, com três faixas de rolamento em cada sentido, asfaltada, tendo estacionamento nas laterais. O passeio possui dimensão conforme as normas, revestidas em parte por pedras portuguesas, concreto ou ladrilhos hidráulicos, tendo arborização nos dois lados da rua.

A paisagem do entorno é heterogênea apresentando edificações com altimetrias, usos e estilos diversificados. O entorno é marcado por edificações de altimetria média, com predominância de edifícios com mais de até quatro pavimentos, uso comercial e serviços, apresentando uma linguagem arquitetônica sem estilo definido. Observa-se no entorno imediato alguns exemplares ecléticos, do art-déco e modernistas, sendo alguns imóveis já tombados. Esses imóveis tombados ou com processos de tombamento em aberto, possuem até dois pavimentos com usos voltados ao comércio ou serviços. As edificações apresentam um bom estado de conservação.

Quanto à disponibilidade de espaços públicos, a quadra em que está inserido o imóvel, fica próximo à Praça João Pessoa, que fica em frente ao Colégio Arnaldo. O imóvel localiza-se também próximo a alguns equipamentos institucionais como o Colégio Arnaldo, o IBMEC e a Escola Estadual Pedro II.



Foto 01: Vista do logradouro em que se situa o imóvel. Expressiva presença de prédios. Fonte: Google Street View, acesso em: 13/12/2023.



Foto 02: Vista do logradouro em que se situa o imóvel. Esquina com tipologias semelhantes. Fonte: Google Street View, acesso em: 13/12/2023.



Foto 03: Vista referente à Av. Brasil. Imóvel localizado à esquerda. Fonte: Google Street View, acesso em: 13/12/2023.

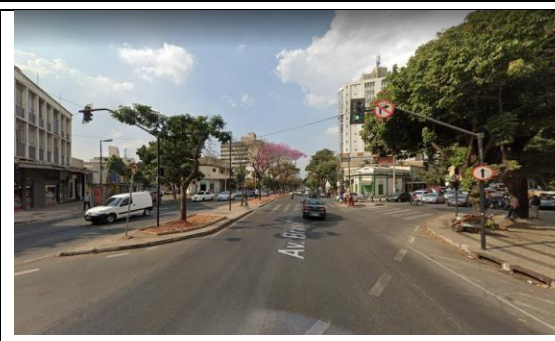


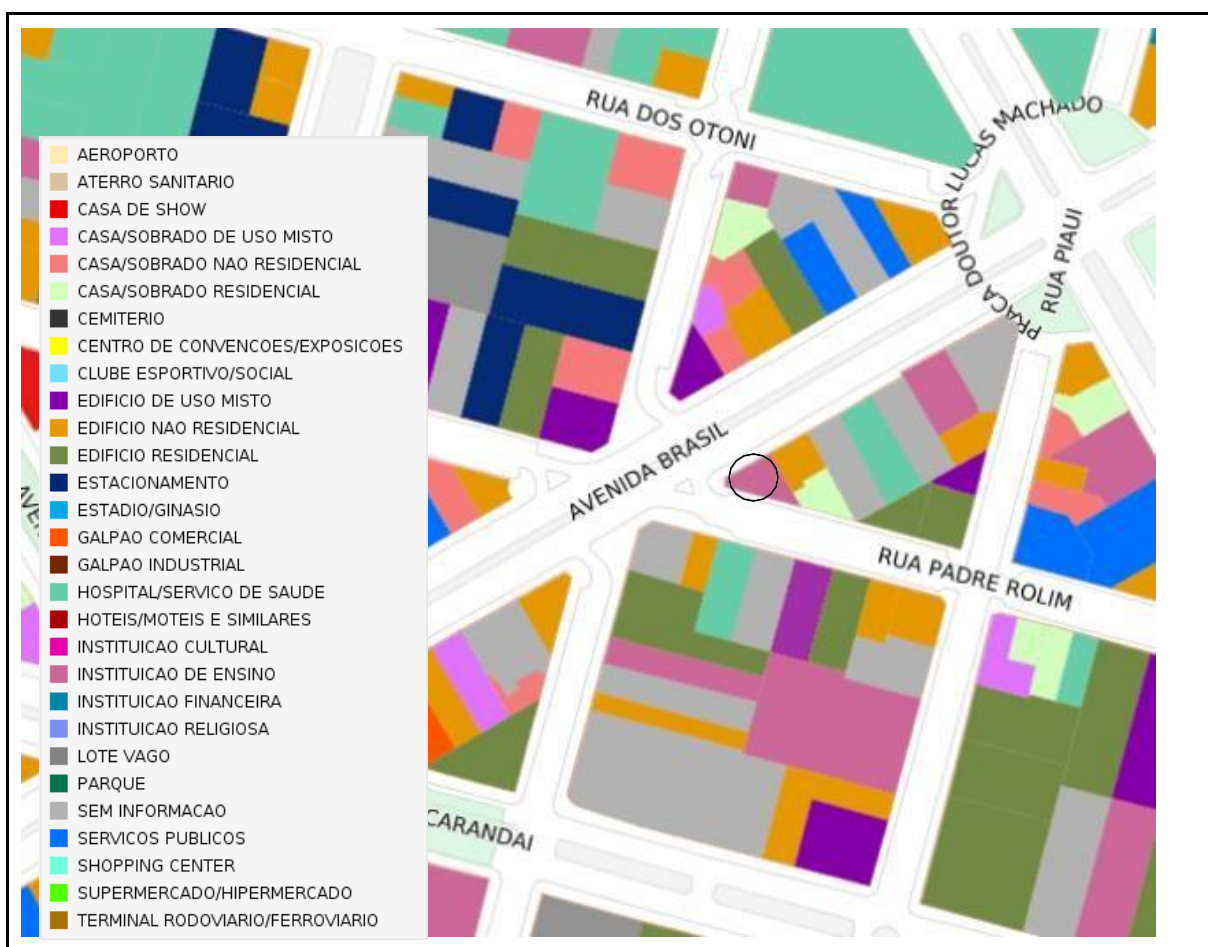
Foto 04: Vista referente à Av. Brasil. Imóvel localizado à direita. Fonte: Google Street View, acesso em: 13/12/2023.



Foto 05: Vista referente à rua Padre Rolim. Imóvel localizado à esquerda. Cruzamento com a rua Padre Rolim, Avenida Brasil e rua Ceará. Fonte: Google Street View, acesso em: 13/12/2023.



Foto 06: Vista referente à rua Padre Rolim. Imóvel localizado à direita. Fonte: Google Street View, acesso em: 13/12/2023.



Mapa 02: Imóvel situado à Avenida Brasil, 749. Fonte: BH Map, camada Uso e Ocupação Territorial (Tipologia Uso e Ocupação lote 2020). Acesso em: 07/12/2022.



Mapa 03: Imóvel situado à Avenida Brasil, 749. Fonte: BH Map, camada Patrimônio Cultural (Diretriz de Altimetria). Acesso em: 07/12/2022.

3. O BEM CULTURAL

3.1. CARACTERIZAÇÃO HISTÓRICA

Os imóveis localizados dentro do perímetro do Conjunto Urbano Avenida Carandaí - Avenida Alfredo Balena e Adjacências foram tombados pelo Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município de Belo Horizonte, em sessão ordinária de 10 de novembro de 1994, em cumprimento à Lei Municipal nº 3.802, de 06 de julho de 1984 e do Decreto Municipal nº 5.531, de 17 de dezembro de 1986. De acordo com a deliberação nº 03/1994, que conferiu a respectiva proteção, os imóveis encontram-se sob tombamento provisório, não podendo ser destruídos, demolidos, pintados ou restaurados sem sua autorização prévia.

A Deliberação nº 01/2005, publicada no Diário Oficial do Município em 14 de julho de 2005, Ano: XI – Edição N.: 2402, dispôs pela retificação das diretrizes de proteção e mapeamento cultural dos conjuntos urbanos protegidos da área central e área hospitalar, região em que o

respectivo Conjunto Urbano Avenida Carandaí, Avenida Alfredo Balena e Adjacências está inserido. Ainda de acordo com a deliberação citada, a política de proteção de bens culturais em Belo Horizonte tem como um de seus fundamentos os conjuntos urbanos, entendidos como áreas definidas com o objetivo de se proteger lugares representativos da cidade - denominados como espaços polarizadores - onde são encontradas ambiências, edificações ou mesmo conjuntos de edificações que apresentam expressivo significado histórico e cultural. Os espaços polarizadores dos conjuntos urbanos destacam-se por desempenharem uma função estratégica e simbólica na estruturação e compreensão urbana.

Dessa forma, visando a proteção dessas áreas, foram estabelecidos os critérios e diretrizes de preservação, em que o perímetro de proteção de cada Conjunto Urbano é definido pela concordância de dois espaços, sendo eles: espaço de valor simbólico e/ou polarizador, o primeiro deles, e o espaço de valor urbanístico, como segunda referência para proteção. No que diz respeito à proteção dos Conjuntos Urbanos, os instrumentos adotados foram: a) os graus de proteção, com três níveis diferenciados (edificações de interesse cultural, edificações de valor especial, edificações de valor polarizados e/ou simbólico) e formas de tombamento integral ou parcial; b) controle de altimetria; c) diretrizes especiais de projeto; d) recuperação das calçadas; e) normatização e regularização de engenhos publicitários (letreros), marquises e toldos em conjuntos urbanos e imóveis tombados de uso comercial/serviços; f) instalação de antenas de telefonia. Também foram estabelecidas por essa mesma deliberação, as Diretrizes Especiais de Projeto que, juntamente dos instrumentos de proteção anteriormente apresentados, visam estabelecer instruções específicas para imóveis e/ou áreas inseridas dentro do perímetro dos Conjuntos Urbanos.

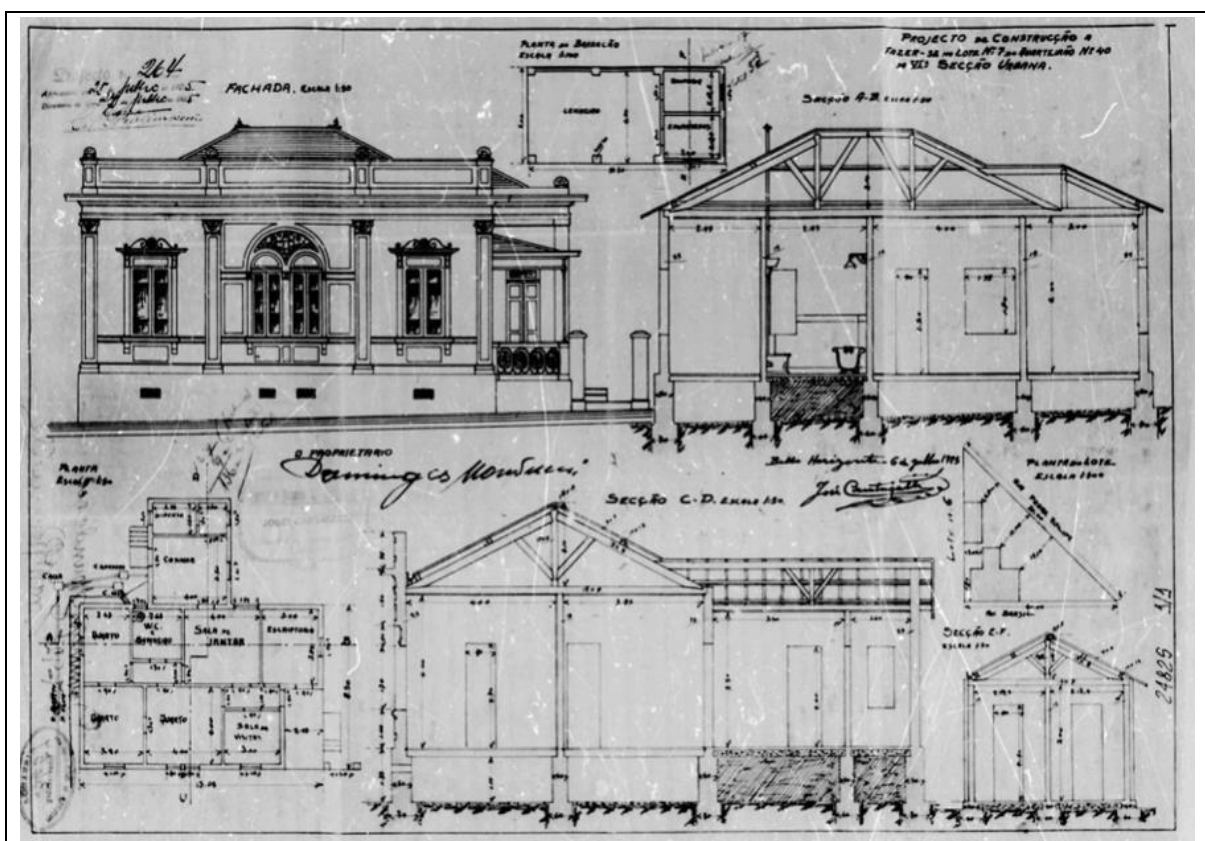
O referido bem, objeto deste dossiê, localiza-se na avenida Brasil, 749, que compreende o lote 006Y, do quarteirão 040, da VI Seção Urbana e construído entre os anos de 1926 e 1927. O seu primeiro proprietário foi o Sr. Domingos Monducci, enquanto o responsável pelo empreendimento foi o construtor Sabino Munducci.

P.B.H. - D.O. - S.A.O. histórico da construção

seção	6.ª Urbanização		quarteirão	40	lote	7	V. 2
rua	n.º 49692						
proprietário	Domingo Menduca						
autor do projeto	carteira		arg. cálculos		data		
constitutor	carteira		início		21-10-26		
alvará	n.º	data	processo		croquis alinhamento e nível		data
		/ /			verificação de alinhamento e nível		/ /
		/ /			resultados		/ /
novo alvará	n.º	data	processo		topógrafo		
		/ /			pedido		data
		/ /			concessão		habite-se
		/ /			4-4-27		

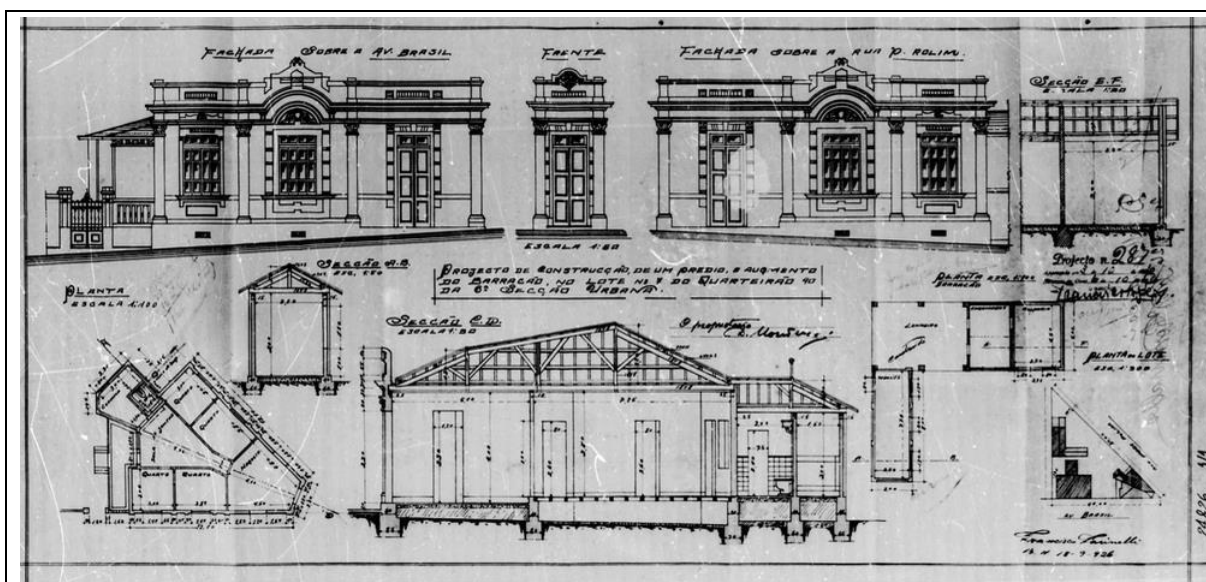
Imagem 01: Ficha de obra referente ao imóvel localizado à avenida Brasil, 749, datado de 1926. **Fonte:** Material cedido pela Diretoria de Patrimônio. Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte, 2022.

Conforme documentação, foi aprovado o Projeto 264 em 25 de julho de 1925, enquanto sua primeira inspeção ocorreu em 27 de julho do mesmo ano. Trata-se de projeto de uma residência, de apenas um pavimento, organizado da seguinte forma: sala de visitas, sala de jantar, escritório, três quartos, cozinha e banheiro.

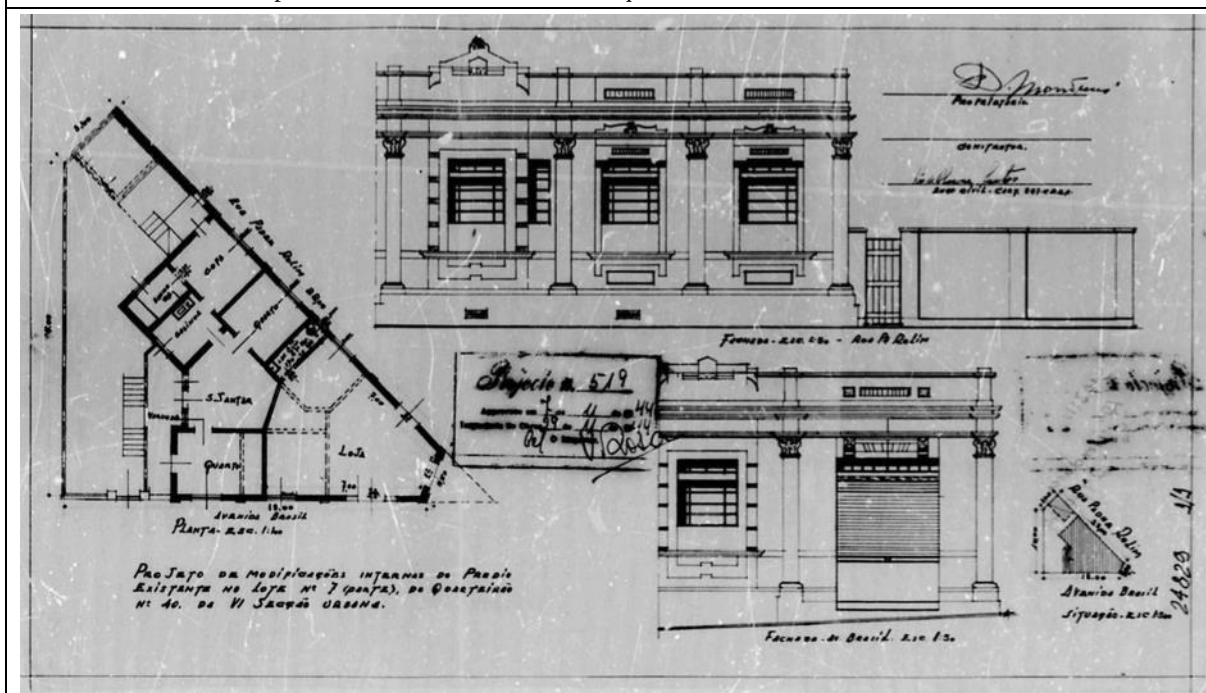


Microfilme 01: Microfilme referente ao imóvel localizado à avenida Brasil, 749, datado de 1925. Projeto 264. **Fonte:** Material cedido pela Diretoria de Patrimônio. Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte, 2022.

No dia 18 de setembro de 1926 foi elaborado o Projeto 287, de autoria do desenhista e arquiteto Francisco Farinelli. Trata-se de um projeto de construção de um prédio e aumento do barracão que foi responsável pela ampliação do referido bem. Por sua vez, anos depois, em 7 de novembro de 1944 foi aprovado o Projeto 519, com modificações internas no prédio.



Microfilme 02: Microfilme referente ao imóvel localizado à avenida Brasil, 749, datado de 1926. Projeto 287.
Fonte: Material cedido pela Diretoria de Patrimônio. Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte, 2022.



Microfilme 03: Microfilme referente ao imóvel localizado à avenida Brasil, 749, datado de 1944. Projeto 519.
Fonte: Material cedido pela Diretoria de Patrimônio. Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte, 2022.

A área abrangida pelo Conjunto Urbano Avenidas Carandaí – Avenida Alfredo Balena e Adjacências é constituída de parte de dois bairros de Belo Horizonte: Santa Efigênia e dos

Funcionários, sendo possível identificar três tipos de ocupação no conjunto urbano. Um primeiro pertencente à área hospitalar da cidade, constituído por grandes instituições hospitalares, como: o Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais (IPSEMG), Hospital das Clínicas da UFMG, do Hospital de Pronto Socorro João XXIII, somados à Fundação Hemominas e às escolas de medicina da UFMG e da Faculdade de Ciências Médicas, além de um expressivo número de consultórios e estabelecimentos prestadores de serviços ligados à saúde.

Um segundo, caracterizado por um eixo de escolas e que é conformado tanto pelas instituições de ensino médico-hospitalares, como também por outras voltadas para o ensino fundamental e médio. A implantação de instituições educacionais tradicionais data de 1912 quando foram inauguradas as novas instalações do Colégio Arnaldo, seguido do grupo escolar Dom Pedro II, inaugurado em 1926 e o Instituto de Educação, antiga Escola.

E por fim, percebe-se um terceiro conjunto caracterizado por edificações residenciais e comerciais, especialmente ao longo da Avenida Carandaí e nas imediações do Colégio Arnaldo, onde ainda hoje pode-se ver diversos exemplares arquitetônicos representativos do processo de ocupação e de renovação da área ao longo dos anos. A edificação em questão encontra-se nesse tipo de ocupação.

3.2.DESCRICÃO ARQUITETÔNICA

Bem cultural de esquina apresentando filiação estilística eclética da qual nota-se um partido arquitetônico que remete a uma forma triangular. Não apresenta afastamentos laterais, implantado no alinhamento do lote e no nível dos logradouros, sendo assim não há fechamentos do terreno. O sistema construtivo em alvenaria de tijolos. O desnível suave da rua faz com que o acesso em algumas partes se dê por degraus.

O bem está localizado na esquina das ruas Avenida Brasil e Rua Padre Rolim. Tem, portanto, três fachadas: uma para cada rua e uma pequena fachada voltada para a esquina. Muitos detalhes foram alterados desde a sua construção, conforme podemos observar pelos microfilmes.

Hoje a construção, que antes correspondia a um só lote de esquina, foi desmembrado em outros lotes menores, dentre eles o da construção de número 749, correspondente ao processo de tombamento. Contudo, entendemos que o tombamento deve referir-se ao volume inteiro correspondente aos microfilmes, incluindo, portanto, a edificação de número 777.

Atualmente vemos detalhes no coroamento dividindo-o em segmentos horizontais com frisos em alto relevo e cimalha ao meio. Verticalmente temos marcações com pilastras em alto relevo, cada uma com capitéis ornados que finalizam no primeiro friso horizontal. Na fachada para a Avenida Brasil temos ornatos acima da primeira abertura (no sentido da esquerda para a direita) em formato sinuoso. Acima da segunda abertura vemos ornatos florais em estuque. Acima da cimalha vemos alguns adornos em requadro em alto relevo. O frontão tem ainda alguns remanescentes detalhes geométricos em alto relevo. Ao final do coroamento, finalizando a platibanda, temos um acabamento em telha francesa, assim como temos também na cimalha.

As esquadrias não são mais as originais. O revestimento da fachada é em argamassa com pintura e o embasamento é em chapisco.



Foto 01: Vista do imóvel. A numeração presente no inventário corresponde apenas a parte do volume original dos microfilmes. Autoria: Temporis consultoria, 14/01/2022.



Foto 02: Vista para o imóvel. Parte com o letreiro corresponde ao número 749, o restante ao número 777. Autoria: Temporis Consultoria, 14/01/2022.



Foto 03: Vista para o imóvel. O restante do volume corresponde ao número 777. Autoria: Temporis Consultoria, 14/01/2022.



Foto 04: Vista para o imóvel. Fachada da esquina entre as Avenidas Brasil e Rua Padre Rolim. Autoria: Temporis Consultoria, 14/01/2022.



Foto 05: Visada da lateral direita do imóvel, correspondente à Avenida Brasil. Fonte: Google Street View, acesso em: 13/12/2023.



Foto 06: Visada da lateral esquerda do imóvel, correspondente à rua Padre Rolim. Fonte: Google Street View, acesso em: 13/12/2023.

Foto 07: Visada frontal, no cruzamento entre as vias. Fonte: Google Street View, acesso em: 13/12/2023.

4. QUADRO-RESUMO DOS VALORES DE SIGNIFICÂNCIA CULTURAL ATRIBUÍDOS AO BEM

Valor	Justificativa
Históricos	• É uma referência de valor individual enquanto documento arquitetônico de uma fase evolutiva da cidade e por fazer parte de um conjunto edilício que resguarda a forma de viver de um determinado período da história da cidade; • O bem cultural é reconhecido por sua importância individual no contexto e na evolução histórico-urbana de Belo Horizonte, de modo que sua proteção possibilita a preservação de um bem que serve como documento arquitetônico e urbano, como uma peça histórica e documental; • A edificação é representativa das primeiras ocupações do Bairro Santa Efigênia, sendo um exemplar da arquitetura de uso misto que pontuou a paisagem daquele bairro na primeira metade do século XX; • Projeto das primeiras décadas de fundação de Belo Horizonte e de autoria do arquiteto Francisco Farinelli.
Artísticos/ estéticos	• O bem cultural é um exemplar significativo, vinculado às tipologias de uso misto do estilo eclético, apresentando baixa alimetria, adotadas na primeira metade do século XX na cidade de Belo Horizonte; • Insere-se de forma harmônica no ambiente urbano, em termos de implantação, forma, ritmo, proporção e escala;

	● Trata-se de exemplar que contribui para a preservação da paisagem cultural e a ambiência do Conjunto Urbano Avenida Carandaí - Avenida Alfredo Balena e Adjacências;
Científicos	● O bem cultural é referência para pesquisas que envolvam as disciplinas de História, Arquitetura, dentre outras, em relação a aspectos técnicos, históricos e conceituais, do bairro Santa Efigênia em outras temporalidades; ● Na área da educação pelo patrimônio, trata-se de exemplar que contextualiza em termos urbanísticos a parte da cidade onde se implanta, exemplificando para estudantes e educadores a lógica da proteção cultural do Conjunto Urbano Avenida Carandaí - Avenida Alfredo Balena e Adjacências; ● O bem cultural é representativo do processo social, político e cultural que culminou com a construção e consolidação de uma política de patrimônio cultural em Belo Horizonte; ● Possibilidade de servir de material de estudo sobre a história da região, a ocupação local, formas de sociabilidade e questões pertinentes ao campo da preservação do patrimônio cultural;
Identitários/ afetivos/ sentimentais	● A preservação das vivências individuais e dos grupos associadas à edificação é relevante para os que conviveram no bem cultural; ● Pode ser considerado “lugar de memória”, espaço significativo não apenas na memória afetiva dos frequentadores, mas também dos vizinhos e moradores do bairro; ● O bem cultural possui referência simbólica e afetiva, de identidade coletiva;
Valor de ambiência	● A edificação está implantada em lote esquina e compõe parte do conjunto apresentando características de uma tipologia de uso misto pouco presente no entorno. ● O bem cultural contribui para construção de uma ambiência no entorno em razão da sua conformação tipológica, altimetria, densidade, estilo arquitetônico e agenciamento externo, que dialoga com outras edificações próximas e contribui, de modo mais amplo, na construção da ambiência do Conjunto Urbano Avenida Carandaí - Avenida Alfredo Balena e Adjacências;

5. DIRETRIZES DE INTERVENÇÃO

1. Fica proibida a construção de elementos que impeçam ou reduzam a visibilidade do bem tombado, conforme previsto no art. 17 da Lei Municipal n.º 3.802 de 06 de julho de 1984;
2. O tombamento é integral e incide sobre o conjunto das edificações presentes no lote. Anexos presentes construídos posteriormente e que não apresentam linguagem compatível com o bem tombado não são objetos do tombamento;

3. Os afastamentos em relação ao bem tombado, referentes a novas construções no lote do imóvel em questão e no lote lindeiro ficam definidos em 5 (cinco) metros em relação ao imóvel tombado;
4. A altimetria para novas edificações no lote do imóvel deverá ter o bem tombado como referência;
5. Deverão ser mantidas todas as esquadrias existentes de relevância artística, histórica e cultural, tanto portas quanto janelas, assim como suas ferragens, fechaduras e trincos. Deverão ser mantidos também os gradis e grades, a fim de manter a preservação da permeabilidade visual característica desses bens culturais, considerando as similaridades e diversidades de modelos e desenhos existentes no Conjunto Urbano Avenida Carandaí - Avenida Alfredo Balena e Adjacências. A inserção de novos gradis e grades deverão ser realizadas preferencialmente dentro do vão das aberturas e analisado e aprovado pelo órgão de gestão do patrimônio cultural;
6. Deverá ser mantido seu agenciamento externo existente;
7. Qualquer intervenção nas fachadas deverá ser no sentido de recuperação dos revestimentos originais e reversão de possíveis intervenções descaracterizantes. Fica proibida a supressão ou modificação dos elementos decorativos das fachadas (frisos, relevos e adornos) do bem cultural, salvo sob autorização. Os projetos de intervenção deverão ser previamente analisados e aprovados pelo órgão municipal de gestão do patrimônio cultural;
8. A edificação tombada deverá ser objeto de restauração supervisionada pela equipe técnica do órgão municipal de gestão do patrimônio cultural e objeto de projeto específico a ser elaborado por arquiteto;
9. Eventuais engenhos de publicidade a serem instalados no imóvel deverão estar em conformidade com as diretrizes e deliberações vigentes definidas pelo CDPCM/BH, os quais deverão ter projeto aprovado pelo órgão municipal de gestão do patrimônio cultural;
10. Outros aspectos referentes à restauração do imóvel serão definidos a partir de vistoria prévia, com supervisão da equipe técnica do órgão municipal de gestão do patrimônio cultural;
11. Projetos de intervenção para novo uso no bem tombado devem considerar como

premissa a adaptação do uso ao bem e não o contrário;

12. Qualquer intervenção no telhado e cobertura deverá ser no sentido de preservar as diagramações, volumes, altimetrias, inclinação, telhas e acabamentos de bordas e arremates existentes, assim como a preservação dos seus materiais e sistemas construtivos. O projeto de intervenção deverá ser previamente analisado e aprovado pelo órgão municipal de gestão do patrimônio cultural;

13. Proposta de pinturas deverão ser submetidas à orientação e aprovação pelo órgão municipal de gestão do patrimônio cultural;

14. Em caso de eventual supressão de alvenaria do bem cultural, deverão ser realizadas prospecções das camadas estratigráficas para seu registro e preservação, pois há possibilidade de serem encontradas pinturas artísticas. A indicação da localização, quantitativo e registro da estratigrafia deverá ser previamente analisada, aprovada e acompanhada pelo órgão municipal de gestão do patrimônio cultural;

15. Recomenda-se reformulação da dimensão das aberturas em vistas a se aproximarem dos desenhos originais.

16. Recomenda-se que a pintura siga a mesma para os diferentes lotes envolvidos no desmembramento do lote original.

7 – JUSTIFICATIVA PARA O TOMBAMENTO

No contexto da política de proteção cultural do município de Belo Horizonte, focada na proteção de Conjuntos Urbanos, entende-se a preservação de determinada edificação como a valorização dos elementos simbólicos que remetem à história da ocupação de uma mancha urbana, no caso presente, da mancha que abarca partes do bairro Santa Efigênia. A preservação, nessa política, é compatível com as novas inserções urbanas, numa dinâmica inevitável de ressignificações. Seu objetivo fundamental é a promoção da qualidade de vida dos cidadãos, ao valorizar seus lugares da memória, sua identidade, suas referências cotidianas.

A identificação dos valores é uma referência fundamental para a patrimonialização de um bem e a sua preservação, cujo objetivo principal é proteger os seus significados, de acordo com os critérios estabelecidos quando de seu tombamento. A tarefa de proteger o patrimônio cultural impõe, assim, o exercício do julgamento e a tomada de decisões cujos efeitos, sentidos por longo tempo, determinarão muito do que as gerações futuras vão conhecer sobre o seu passado e buscarão compreender do presente. Trata-se do que queremos que seja transmitido para futuras gerações, ou seja, do que esperamos para nossa cultura em um futuro que dependerá também das escolhas feitas no presente.

Diversas edificações pertencentes ao **Conjunto Urbano Avenida Carandaí Avenida Alfredo Balena e Adjacências** apresentam caráter referencial e simbólico para a cidade, tendo sido indicadas como bens culturais merecedores de tombamento. Sua proteção, além de propiciar um registro histórico dessa região da cidade, contribui para manter uma salutar heterogeneidade do espaço, tanto em termos volumétricos, quanto ambientais e de usos.

É nessa perspectiva que contemplamos a preservação do imóvel. O seu tombamento trará relevantes contribuições por garantir às atuais e futuras gerações de belo-horizontinos, bem como cidadãos de outros lugares, o direito à informação, à contemplação e à experiência no contato com o patrimônio constituído em outros tempos, possibilitando um diálogo intergeracional, reconhecimento de seu valor simbólico, isto é, não material, que se mantém, mesmo quando o bem cultural abriga outros usos que não original. Preservar a edificação em questão significa resguardar a forma de vivência demonstrada por meio das características arquitetônicas desta edificação e dos outros bens culturais protegidos que configuraram seu entorno, nas quadras adjacentes, e o tornam representativos dessas formas de viver num determinado período da história da cidade de Belo Horizonte. Em outras palavras, a preservação desse bem cultural é uma forma de tentar resguardar uma

ambiência história. A sua vizinhança e o entorno, com imóveis protegidos, confirma a importância destes marcos para a cidade de Belo Horizonte.

Por sua vez, a preservação dessas ambiências históricas, terminam orientando boas práticas de intervenção nesses contextos históricos e culturais, uma vez que as recomendações caminham no sentido de conservar aquilo que é autêntico, integrar os bens culturais aos diversos contextos urbanos contemporâneos, respeitando, sempre que possível, os valores de antiguidade.

A preservação de ambiências históricas transmite legados culturais, contribuem para a reafirmação das identidades dos lugares e facilitam interações afetivas entre pessoas e ambientes patrimoniais.

O presente dossiê contextualizou a edificação, como portadora de valores de significância, conforme o **Quadro-resumo dos Valores de Significância Cultural atribuídos ao Bem**, item 4 da **Ficha de Análise do Bem Cultural**. Os documentos e informações reunidas permitiram a identificação de diversos valores de ordem social, de Intelectualidade, de identidade e ideológicos, assim como valores sentimentais.

Para Riegl (2014), atribuímos valores históricos a um bem quando possui pertinência e relevância documental, tendo permanecido como vestígio de um contexto específico, do qual tem a capacidade de atuar como testemunha. Os valores históricos advêm do quanto o bem cultural influenciou determinada conjuntura histórica e social, ou mesmo do quanto foi influenciado por ela, sendo mais acentuados quanto mais preservadas estiverem as evidências dessa associação com o passado (ICOMOS, 2013).

Os valores artísticos apontados por Vinãs (2005) estão em sintonia com as referências advindas da Carta de Burra (2004; 2013). Nesse documento, determina-se que os valores estéticos se referem às experiências sensoriais e de percepção do espaço, a conceitos estéticos formais que são culturalmente influenciados pelos costumes locais, assim como por características simbólicas que evocam estilos ou que sejam representativas de determinados imaginários (ICOMOS, 2013). Esses valores são contextualizados no projeto do edifício por meio das formas adotadas, implantação, proporções e composição geral.

Sobre o aspecto dos valores artísticos, cabe esclarecermos que a partir da evolução das políticas de preservação, após os anos 1970, e considerando a leitura ampliada do sentido da preservação em consonância com o art. 216, Seção II, da Constituição federal de 1998, os valores artísticos da edificação podem ser contextualizados especialmente nas formas, proporções, implantação, ornamentos, revestimentos e composição geral.

O valor científico como referencial de significância remete aos estudos acadêmicos voltados para a compreensão das estratégias de organização do espaço, técnicas construtivas e estudos da história da arquitetura. Aborda a relação com os hábitos, valores, modos de ser e viver, enfim, a cultura dos grupos formadores da sociedade belo-horizontina nos diversos períodos históricos. No campo da Educação pelo Patrimônio é exemplo que pode ser adotado para pesquisas sobre forma como foram pensados e propostos os espaços voltados para a educação. Permite a estudantes de arquitetura, de sociologia e de outras áreas, assim como a demais pesquisadores, compreenderem o contexto da criação, propiciando reflexões, experiências e vivências sobre técnicas e soluções de construção e organização dos espaços destinados às escolas, suas diferenças e semelhanças com o tempo presente.

Os significados de identidade coletiva estão relacionados à relevância que assumem os espaços de convivência coletiva e afetiva. Os significados sentimentais mencionados por Vinãs (2005) justificam a preservação da edificação, enquanto lugar e referência espacial que remete a situações presentes na memória dos indivíduos, pois como se sabe, o espaço é o suporte da memória, remetendo a momentos e situações significativas da história de vida dos indivíduos. Ou seja, há um componente de memória que se refere à relação de cada indivíduo com o espaço em que habita e frequenta. O espaço é muitas vezes o suporte físico das memórias. Nesse sentido, o edifício se constitui como suporte físico para o que o historiador francês Pierre Nora denomina de “lugar de memória”, que pode ser o próprio edifício como também os acontecimentos, festas, aniversários, tratados, processos verbais e situações associadas a ele.

Tendo em vista todas as significâncias apresentadas no presente dossiê de tombamento, e em consonância com a Lei nº 3.802 de 06 de julho de 1984, que organiza a Proteção do Patrimônio Cultural do Município de Belo Horizonte, indicamos a necessidade de ser deliberado o tombamento específico (terceiro grau de proteção) do bem cultural, incluindo a aprovação das diretrizes de preservação e de intervenção, como forma a garantir a sua preservação, bem como a ambiência de seu entorno imediato, promovendo as qualidades urbana, ambientais e cultural do local e da cidade de Belo Horizonte.

8 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARRETO, Abílio. **Belo Horizonte: memória histórica e descritiva - história antiga e história média**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1995.

Barreto, Abílio. Belo Horizonte: memória histórica e descritiva - história média. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudo Históricos e Culturais, 1995.

BH: Horizontes históricos. Org. Eliana de Freitas Dutra; [textos]: Ciro Flávio Bandeira Mello [et al.] – Belo Horizonte: C/ Arte, 1996.

BLANCO, Giovanni Blanco e MALTA Campos Neto, Candido: **Redescobrimos o Art déco e o racionalismo clássico na arquitetura belenense**, www.vitruvius.com.br/arquitextos/ janeiro 2003.

BRANDÃO, Carlos Antônio Leite: **Da etimologia ao sentido do patrimônio**, Trabalho apresentado no Encontro realizado em Mariana, M. G., em abril de 1999, parte de pesquisa desenvolvida junto ao CNPq, intitulada "Hermenêutica e Arquitetura".

BRUAND, Yves: **Arquitetura Contemporânea no Brasil**, São Paulo, Perspectiva, 1981.

Cartilha elaborada pela Gerência de Patrimônio Histórico Urbano, SMRU/PBH, 2002.

CAVALCANTI, Lauro: **Quando o Brasil era moderno: guia de arquitetura 1928-1960**, Aeroplano, Rio de Janeiro, 2001, p.468.

COSTA, Lucio: **Vanguarda permeada de tradição**, entrevista concedida a Hugo Segawa, revista Projeto, São Paulo, nº 140, outubro 1987.

Decreto nº 1.453, de 27 de março de 1901, Regulamento das Construções e demolições de obras da Cidade de Minas. Lei e Decretos do Estado de Minas Gerais, do ano de 1901.

Decreto nº 1.276 de 1899 – sobre a criação das colônias Bias Fortes, no vale do Córrego do Cardoso, Afonso Pena, no vale do Córrego Leitão e Adalberto Ferraz, no vale do córrego do Acaba Mundo.

Decreto nº 165 de 1º de setembro de 1933 – sobre Regulamento das Construções.

Decreto nº 30 de 1º de agosto de 1938.

Decreto-Lei nº 84, de 21 de dezembro de 1940.

Diário Nacional, São Paulo, de 23 a 26 de agosto de 1928. Republicado na Arte em Revista nº 4 (Arquitetura Nova), CEAC, São Paulo, agosto de 1980.

Dossiê de Tombamento Conjunto Urbano do bairro Floresta processo nº 01.106250.95-57, vol. 1.

Escritura passada no 1º Cartório de Registro de Imóveis da Cidade de Minas, Comarca de Belo Horizonte.

Estado de Minas, 01 de Abril de 1992.

GIOVANNONNI, Gustavo: **L'urbanisme face aux villes anciennes**. Paris: Éditions du Seuil, 1998, com introdução de Françoise Choay.

GOULART, Nestor dos Reis Filho: entrevista publicada em Projeto design, edição 287, Janeiro de 2004.

GUIMARÃES JR., Eduardo Mendes: **Forma e conteúdo da arquitetura contemporânea**, Belo Horizonte, Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais, 1954.

PLAMBEL - **O processo de desenvolvimento de Belo Horizonte: 1897-1970.** Belo Horizonte (mimeo) 1979.

Prefeitura de Belo Horizonte, Lei nº 363, de 4 de setembro de 1930. Aprova o regulamento Geral de Construção em Belo Horizonte. Minas Gerais, 08 de setembro de 1930.

Prefeitura de Belo Horizonte. Cenas de um Belo Horizonte. Belo Horizonte: PBH, 1996. 2ª edição.

Revista geral dos trabalhos da Comissão Construtora da Nova Capital. Rio de Janeiro, H. Lombaerts, Abril/1895.

SALGUERO, Eliana Angotti. O Ecletismo em Minas Gerais. Belo Horizonte 1894-1930. In: Org. FABRIS, Annateresa. Ecletismo na Arquitetura Brasileira. São Paulo: Nobel; USP, 1987.

SANTIANNA Márcia: **Critérios de intervenção em sítios urbanos históricos: uma análise crítica** - em <http://www.archi.fr/SIRCHAL/> 26 de março de 2004.

SANTOS, Carlos Nelson F. dos et alli: **Quando a rua vira casa: a apropriação de espaços de uso coletivo em um centro de bairro.** 1985.

SEGAWA, Hugo: **Arquiteturas no Brasil: 1900-1990.** São Paulo, Edusp, 1998.

SEGRE, Roberto: **América Latina, fim de milênio: raízes e perspectivas de sua arquitetura.** São Paulo: Nobel, 1991.

SEVERO, Ricardo: **A arte tradicional no Brasil: a casa e o templo.** O Estado de S. Paulo, 26 de julho de 1914.

SILVA, Luiz Roberto da. Doce dossiê de BH. Belo Horizonte, Gráfica Editora Cedáblio Ltda.

SOUZA, Aberlardo Riedy de: **Arquitetura no Brasil: depoimentos,** São Paulo, Diadorim, EDUSP, 1978.

TEULIÈRES, Roger: **Bidonvilles du Brésil: les favelles de BH.** in: REVUE LES CAHIERS D'OUTRE-MER. Bordeaux: tome VIII, 1955.

VASCONCELLOS, Sylvio de: **A família mineira e a arquitetura contemporânea,** O Globo, 31 de janeiro de 1961.

VASCONCELLOS, Sylvio de: **Arquitetura, dois estudos.** 2º ed., Goiânia, MEC/SESU/PIPEG-ARQ/UCG, 1983.

VASCONCELLOS, Sylvio de: **Contradição e arquitetura,** O Estado de São Paulo, 31 de agosto de 1957.

VASCONCELLOS, Sylvio de: **Contribuição para o estudo da arquitetura civil em Minas Gerais – IV,** Arquitetura e Engenharia, nº 5, 1947.

VASCONCELLOS, Sylvio de: **Noções sobre arquitetura,** Belo Horizonte, Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais, 1962.

VASCONCELLOS, Sylvio de: **Vila Rica: formação e desenvolvimento - residências.** Rio de Janeiro: Ministério de Educação e Cultura/Instituto Nacional do Livro. 1956.

Ver LEMOS, Maurício B. O desenvolvimento econômico de Belo Horizonte. Belo Horizonte: PBH, 1993.

WARCHAVCHIK, Gregori, **Terra Roxa e Outras Terras,** São Paulo, 17 de setembro de 1926.

WESTIN, Vera Lúcia Costa. Santa Tereza na construção cotidiana da diferença - um estudo sobre interações comunicativas e apropriação simbólica no espaço urbano: um bairro da Belo Horizonte do final do século. Dissertação apresentada ao mestrado de Comunicação da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais. Abril de 1998.

XAVIER, Alberto (org.): **Arquitetura Moderna Brasileira: depoimento de uma geração**, São Paulo: Pini, 1987.

DOSSIÊS DE TOMBAMENTO

